

uff INEST

PPGEST - UFF

HOPILOS

**Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

vol. 7 N. 13 - 2023

ISSN: 2595-699X



HOPLOS

Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

ISSN 2595-699X

v. 7 n. 13

Jul. - Dez. 2023

Niterói - RJ

A “Hoplos” é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST), vinculado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Com periodicidade semestral, ela constitui um espaço plural de análise e discussão sobre temas que permeiam Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Ciência Política. Recebendo colaborações em sistema de fluxo contínuo e para a criação de dossiês temáticos, a revista publica artigos acadêmicos e resenhas de obras de edição recente e tem como principal objetivo a divulgação da produção de pós-graduandos/as e pesquisadores/as dessas áreas. Os textos recebidos são analisados em sistema de *blind review* e publicados mediante recomendação do Conselho Editorial.

Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF)

Diretor: Prof. Dr. Vágner Camilo Alves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: Prof. Dr. Adriano de Freixo
Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST: -.

Chefe do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI: Prof. Dr. Gabriel Passetti

EQUIPE EDITORIAL:

Editor-chefe: Danilo Sorato

Comitê Editorial: Eduardo Freitas Gorga e Juliana Zaniboni.

Editoria de Redação: Luísa Almeida do Valle Brito, Matheus Moraes Alves Marreiro, Victória Maria Silva dos Santos, Victor Oliveira da Costa.

Editoria de Comunicação: Enzo Mello Barroso Menucci, Gabriel Gama De Oliveira Brasilino, Matheus Moraes Alves Marreiro.

Editoria de Leiaute: Enzo Mello Barroso Menucci

Projeto Gráfico: Viviane de Oliveira
www.vivinhaoliveira@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Freixo (UFF)
Américo Alves de Lyra Júnior (UFRR)
Ana Penido (Unesp)
Érica Winand (UFRN)
Fernando Brancoli (UFRJ)
Francine Rossone (UFF)
José Pedro Zúquete (Universidade de Lisboa)
Mônica Leite Lessa (UERJ)
Rafael Rossotto Ioris (University of Denver)
Rodrigo Perla Martins, (FEEVALE-RS)
Sabrina Medeiros (EGN)
Sílvia Nogueira (UEPB)
Suhayla Khalil (FESP-SP)
Suzeley Khalil (UNESP)
Thiago Moreira Rodrigues (UFF)
Williams Gonçalves (UERJ)

CONTATO

Instituto de Estudos Estratégicos - INEST Universidade Federal Fluminense – UFF Campus do Valonguinho – Alameda Barros Terra, S/N – 2º andar. Centro – Niterói – RJ. CEP. 24020-150 E-mail: revistahoplos@gmail.com
ISSN 2595-699X



SUMÁRIO

EDITORIAL

Comitê editorial.....5

ARTIGOS

O PROJETO MANHATTAN SOB A PERSPECTIVA DO CICLO DE VIDA DE PROJETOS

Matheus Pessoa.....7

O E-RENMINBI E OS IMPACTOS DA MOEDA DIGITAL CHINESA PARA O SISTEMA MONETÁRIO-FINANCEIRO INTERNACIONAL

Marina Moreno de Farias.....22

DEBATES E TENSÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DA DISSUAÇÃO NUCLEAR E O FUTURO DO REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO

Isabela Colombini Soares.....36

RESENHAS

THE FUTURE IS ASIA: COMMERCE, CONFLICT, AND CULTURE IN THE 21ST CENTURY

Felipe Augusto Heiermann.....57

FASCISMO:UM ALERTA

Sergio Schargel.....60



EDITORIAL

É com imensa alegria que a Equipe da Hoplos, Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, publica a sua décima terceira edição, referente aos meses de julho até dezembro de 2023. Fruto da reconhecida vocação científica, deste periódico, para a análise das variadas questões mundiais, no cenário europeu, convém destacar que pouco progrediu uma possível solução para o conflito entre os russos e os ucranianos.

No Oriente Médio, em outubro, a disputa entre os palestinos e os israelenses ganhou um novo e surpreendente capítulo, com a invasão de Israel pelo grupo Hamas, potencializando um ambiente de guerra gerado a partir de um dos piores atentados terroristas, desde o 11 de setembro de 2001.

Na América do Sul, a disputa presidencial argentina repercutiu sobre a política externa brasileira, tendo em vista que ocorreu a eleição de um candidato não alinhado com a liderança regional do presidente Lula. Complementarmente às divergências ideológicas e aos problemas econômicos argentinos, certamente a manutenção de relações amistosas entre ambos os países desafiarão futuras ações comerciais bilaterais.

Ainda, no entorno estratégico nacional, um conflito fronteiriço entre a Venezuela e a Guiana, com a reivindicação de expressiva porção territorial na região de Essequibo, exige a atenção do Itamaraty e do Ministério da Defesa do Brasil, em razão do acesso terrestre venezuelano para a supracitada área de litígio envolver parte do território brasileiro.

Outrossim, no decorrer do segundo semestre, o Brasil buscou reafirmar a sua condição de relevante ator do sistema internacional. Para isso, além das efetivas ações diplomáticas do Ministério das Relações Exteriores, como na eleição do país para o sexto mandato no colegiado do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o presidente Lula esteve presente em reuniões, encontros e visitas que alçaram o Brasil, novamente, ao seu merecido destaque global.

Como exemplos, o presidente brasileiro fez discursos e pronunciamentos oficiais em atividades da Assembleia Geral da ONU, do MERCOSUL, da União Europeia, da COP28 e, ainda, nas Cúpulas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, do BRICS, da Amazônia, do G20, do G77 + China e das Vozes do Sul Global.

Ademais, nesta edição o leitor poderá acessar cinco trabalhos bastante interessantes e pertinentes à proposta geral da Revista Hoplos. São três artigos, de Matheus Pessoa, Marina Moreno de Farias

e Isabela Colombini Soares, além de duas resenhas, cujos autores são Felipe Augusto Heiermann e Sergio Schargel.

No artigo *"O Projeto Manhattan sob a perspectiva do ciclo de vida de projetos"*, Pessoa analisa o Projeto Manhattan, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e o advento do desenvolvimento da bomba atômica. Em *"O e-renminbi e os impactos da moeda digital chinesa para o sistema monetário-financeiro internacional"*, Farias discute a crescente importância chinesa para a economia mundial e o papel da sua moeda digital no sistema financeiro internacional.

Sequencialmente, no artigo *"Debates e tensões sobre a permanência da dissuasão nuclear e o futuro do regime de não proliferação"*, Soares revela desafios atuais da não proliferação nuclear. Encerrando esta edição, nas resenhas de Heiermann, *"The future is Asia: commerce, conflict, and culture in the 21st century"*, e de Schargel, *"Fascismo: um alerta"*, respectivamente, estarão disponíveis trabalhos sobre a necessidade da maior atenção mundial aos múltiplos potenciais asiáticos, bem como a compreensão do conceito de fascismo a partir da sua aplicação contemporânea.

Finalmente, agradecemos pelo comprometimento dos discentes que contribuíram para as etapas de planejamento, execução e preparação final desta edição. Igualmente, registramos o nosso muito obrigado às pesquisadoras e aos pesquisadores que manifestaram interesse e confiaram os seus conteúdos para publicação neste periódico, o que enriquece sobremaneira o campo das investigações acadêmicas das RI e dos Estudos Estratégicos no PPGEST.

Assim, a Revista Hoplos deseja ao seu público uma ótima leitura e que 2024 seja repleto de conquistas, com plena saúde e muitas felicidades!

O Comitê Editorial.





Matheus Damacena Pessoa

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (ESG/RJ).

O PROJETO MANHATTAN SOB A PERSPECTIVA DO CICLO DE VIDA DE PROJETOS
THE MANHATTAN PROJECT FROM A PROJECT LIFE CYCLE PERSPECTIVE

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa possui como objetivo realizar uma análise sistemática de literatura sobre o Projeto Manhattan dos Estados Unidos da América na 2ª Guerra Mundial e da análise de projetos a partir do seu ciclo de vida, de maneira a identificar correlações que permitam analisar o desenvolvimento da bomba atômica a partir das etapas de seu ciclo de vida. Deste modo, a pesquisa prestou-se a analisar o desenvolvimento do Projeto Manhattan no contexto da Segunda Guerra Mundial de maneira a subdividi-lo a partir das etapas conceituais de planejamento, de execução e, por fim, da etapa de conclusão. Verificou-se quanto a possibilidade de realizar tal divisão, de modo que o ciclo de vida do projeto Manhattan inicia-se com a constatação de que as forças do eixo estavam desenvolvendo armamento atômico e que este já se encontrava em estágio avançado, desenvolve-se com a construção da bomba e a realização de seus testes, e encerra-se com o desligamento do *Manhattan Engineer District* em 1947.

Palavras-chave: Projeto Manhattan; Ciclo de Vida de Projetos; Bomba Nuclear; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: This research aims to carry out a systematic analysis of the literature on the Manhattan Project in the USA during World War II and the analysis of projects from their life cycle, in order to identify correlations that allow analyzing the development of the atomic bomb from the stages of its life cycle. In this way, the research lent itself to analyze the development of the Manhattan Project in the context of the Second World War in order to subdivide it from the conceptual stages of planning, execution and finally the conclusion stage. It was verified as to the possibility of carrying out such a division, so that the life cycle of the Manhattan project begins with the realization that the axis forces were developing atomic weapons and that this was already at an advanced stage, it develops with the building of the bomb and carrying out its tests, and ending with the shutdown of the Manhattan Engineer District in 1947.

Keywords: Manhattan Project; Project Life Cycle; Nuclear Bomb; World War II.

1 Introdução

Diversas facetas envolvem a criação e a condução de um projeto científico e/ou militar de grande envergadura, principalmente quando este projeto ao longo de sua vida foi cercado por misticismo e segredos os quais até hoje ainda não foram à público em sua totalidade. O Projeto Manhattan, como é conhecida a iniciativa norte-americana de desenvolvimento e produção da primeira bomba atômica da história, é um excelente exemplo de como a coordenação e o gerenciamento eficaz podem conduzir objetivos a partir de um ponto zero até a sua conclusão, em curtíssimos prazos de tempo. Dessa forma, o que se teve com o projeto em questão é uma demonstração de organização, trabalho, sigilo e rapidez de modo que poucas vezes na história viu-se arranjo parecido.

O contexto de surgimento do Projeto Manhattan se dá em um cenário de profunda angústia em relação ao estado em que se encontrava a pesquisa em átomos e energia na Alemanha nazista. Isso ocorre diante do sigilo em que essas pesquisas eram conduzidas, assim pelo fato de que havia um rumor baseado em informações coletadas pela inteligência aliada de que os alemães poderiam estar em estágio avançado de desenvolvimento de uma bomba que utilizasse energia atômica, podendo ser capaz de produzir poder e destruição nunca antes visto. Há de se destacar também que a ciência energética alemã figurava como uma das mais avançadas do mundo, e sendo liderada pelo Dr. Werner Heisenberg, o *Reich* poderia ter acesso à bomba atômica em curtíssimos intervalos de tempo. Os EUA e a Inglaterra viram que precisavam agir rápido, pois o destino de seus países estava em jogo.

O Projeto Manhattan foi uma iniciativa sem precedentes em termos de velocidade, sigilo e orçamento, chegando a empregar 130 mil pessoas simultaneamente em suas fases mais complexas, e mais de 600 mil ao longo de sua existência entre os anos de 1942 e 1947. Além disso, em seu auge chegou a custar aos cofres americanos um montante de 130 milhões de dólares mensais, e ao final o equivalente a 2,5 bilhões de dólares, o que representa quase 26 bilhões em valores atuais. O marco de encerramento do Projeto Manhattan também é o seu objetivo final, ou seja, o lançamento de duas bombas atômicas em duas diferentes e populosas cidades japonesas, Hiroshima em 6 de agosto de 1945 e Nagasaki em 9 de agosto de 1945, resultando na morte de mais de 100 mil pessoas e levando à inevitável rendição japonesa no teatro da 2ª Guerra Mundial.

O Projeto Manhattan pode ser analisado a partir de diversas perspectivas do gerenciamento de projetos e programa, entre elas destaca-se a do Ciclo de Vida de Projetos. Esta abordagem é feita a partir de etapas ou estágios, e o seu uso disciplinado pode auxiliar o

gerente de projetos a superar diversas dificuldades as quais suas atribuições são quase sempre inerentes, como a identificação tardia de riscos, tarefas, objetivos e recursos, assim como a possibilidade de investimentos em projetos não promissores, entre outros benefícios. Ocorre que existem diversas maneiras de se apresentar um modelo de ciclo de vida de projetos, que variam justamente de acordo com a natureza de cada projeto a ser analisado.

O objetivo do presente trabalho é justamente o de analisar, através de uma revisão sistemática de literatura, a maneira com que se desenvolveu o Projeto Manhattan sob a ótica do Ciclo de Vida de Projetos. Para tal, são procedidas buscas nas bases de dados *Google Scholar* e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) buscando pelos termos “Ciclo de vida”, “projetos”, “Projeto Manhattan”, “bomba atômica”, assim como os agregadores booleanos *AND* e *NO*, de maneira que fossem filtrados os resultados que melhor atendessem à pesquisa, destacando que foram feitas buscas utilizando também as palavras equivalentes em língua inglesa e espanhola, de modo a abarcar o melhor conhecimento científico produzido sobre a presente temática.

Esta pesquisa, que se divide em dois principais tópicos, inicialmente traz uma abordagem científica e histórica sobre o Projeto Manhattan e a maneira com que os EUA desenvolveram um projeto inovador e arrojado, com altíssimos custos, mas que concederam à América o pioneirismo atômico. Em seguida, na segunda parte, o que se pretende é observar os passos que envolvem a criação da bomba atômica nos EUA a partir da ótica do Ciclo de Vida de Projetos, identificando devidamente os seus estágios.

2 O desenvolvimento da bomba atômica nos EUA

A Alemanha desde sua gradual recuperação depois da derrota na 1ª Guerra Mundial testemunhou em seu próprio território o aflorar de uma ciência energética que já figurava nos anos 30 entre as mais avançadas do mundo, sendo naquele momento um dos países que mais possuía cientistas laureados com o Prêmio Nobel (padrão que se mantém até hoje). Sabia-se que dentre os distintos cientistas que estudavam a ciência do átomo para o *Reich*, somente um deles poderia ser escolhido para chefiar um programa nuclear de tal magnitude, e produzir um armamento que pudesse ser usado ainda no conflito atual, no caso, na Segunda Guerra Mundial. Tratava-se do Dr. Werner Heisenberg, físico formado pela Universidade de Gottingen, e laureado com o Prêmio Nobel de Física no ano de 1932 (GOLDWHITE, 1986).

A urgência foi a primeira palavra de ordem que envolveu a criação do embrião do que viria a se tornar o Projeto Manhattan, uma vez que era um imperativo para as forças aliadas que

obtivessem o domínio do poder atômico antes dos regimes do eixo, haja vista que tal domínio poderia ditar o rumo em que se daria o atual conflito. Ocorre que em razão da forte repressão que o *Reich* empreendia de maneira sistemática contra alguns grupos minoritários e opositores políticos, a Alemanha presenciou o êxodo de muitos dos seus mais distintos cientistas. Não bastasse aqueles que foram retirados do território alemão, também houveram aqueles que se anteciparam e migraram para longe dos países que foram ou estavam por ser invadidos pelas tropas alemãs (GOSLING, 1999).

Como consequência da constante e crescente repressão que era imposta pelo regime de Adolf Hitler, os EUA presenciaram a chegada de muitos dos melhores cientistas do mundo em seu território, que passaram a ocupar cargos de docência e pesquisa nas principais universidades norte-americanas, desenvolvendo um conhecimento relevante para o campo da ciência atômica e energética. Tanto os estudos que surgiram nas universidades americanas como aqueles que foram desenvolvidos na Alemanha contribuíram para que a ideia de criação de um novo tipo de armamento, alimentado pela energia atômica, e com poderes de destruição nunca antes visto, pudesse ser possível (GOLDWHITE, 1986).

Dentre os cientistas mais distintos que desembarcaram em solo americano em razão do avanço do nazismo estava Albert Einstein, que se incumbiu da missão de alertar o presidente Roosevelt, no início da década de 1940, que a Alemanha poderia estar próxima de desenvolver a bomba atômica, e uma vez desenvolvida, Hitler não hesitaria em utilizá-la principalmente nas grandes capitais da Europa, com Londres estando entre os seus principais objetivos. Em carta escrita ao presidente, Einstein detalha todas as suas preocupações, e Roosevelt entende da necessidade de se empreender um esforço na mesma direção na qual os alemães empreendiam, começando assim a corrida pela “Bomba A” (GOSLING, 1999). A carta de Einstein a Roosevelt foi o marco zero desta disputa:

Einstein drafted his famous letter with the help of the Hungarian emigre physicist Leo Szilard, one of a number of European scientists who had fled to the United States in the 1930s to escape Nazi and Fascist repression. Szilard was among the most vocal of those advocating a program to develop bombs based on recent findings in nuclear physics and chemistry (GOSLING, 1999, p. 10).

Uma comissão foi criada para estudar a viabilidade de um projeto de desenvolvimento de uma bomba atômica ainda em tempo de ser usada no atual conflito. As fontes advindas tanto da inteligência americana como também da inglesa haviam informado os líderes aliados que o programa nuclear alemão contava com algumas centenas de cientistas e técnicos contratados e

um orçamento que girava em torno de 2,2 bilhões de dólares em valores atuais (CHADWICK, 2021). Assim, o alto grupo decisório americano (*Top Policy Group*) que havia sido criado para dar os prosseguimentos iniciais no Projeto Manhattan sabia que não poderia operar com um orçamento menor que esse, e nem tampouco com um corpo mais reduzido de funcionários, se quisesse fazer frente aos progressos científicos alemães naquele período (GROVES, 2009).

O Projeto Manhattan nasce no ano de 1942 sob o comando de um General do Exército Americano que já dispunha de ampla experiência em engenharia militar, tendo sido inclusive o engenheiro-chefe da construção do Pentágono - o maior edifício militar do mundo e sede do Departamento de Defesa dos EUA. Este General era Leslie Groves, que contava com a confiança irrestrita do próprio presidente Roosevelt, para chefiar um dos maiores programas militares e científicos da história dos EUA. Entretanto, apesar de suas distintas habilidades no campo da engenharia, Groves não era um cientista, e precisaria de um para coordenar o desenvolvimento e as pesquisas que envolvessem a física nuclear por trás de uma bomba atômica. Para isso escolheu um homem que tinha um perfil exatamente oposto ao seu, o Dr. Robert Oppenheimer (KELLY, 2005):

On September 17, the Army appointed Col. Leslie Groves (promoted to Brigadier General days later) to head the effort. Groves was an engineer with impressive credentials, including building of the Pentagon, and, most importantly, had strong administrative abilities. Within two days Groves acted to obtain the Tennessee site and secured a higher priority rating for project materials. In addition, Groves moved the Manhattan Engineer District headquarters from New York to Washington (GOSLING, 1999, p. 24).

As atividades se iniciaram e transcorreram a partir de duas palavras de ordem principais: sigilo e rapidez. Assim, era necessário que o Projeto Manhattan rendesse os seus frutos esperados: ou seja, desenvolver e produzir uma bomba atômica que pudesse ser usada ainda no confronto atual, e fazê-lo de modo rápido e sigiloso. Era necessário que a bomba estivesse pronta antes da conclusão do projeto alemão, e que nenhuma informação viesse a público. Neste sentido, o Projeto Manhattan empreendeu a construção de três grandes complexos científico-industriais para comportar um programa daquela magnitude, alguns deles inclusive levando a construção de cidades a partir do zero.

Um deles foi erguido em Oak Ridge - Tennessee, com o objetivo de extrair e refinar Urânio-235, um dos elementos atômicos físséis para a construção da bomba. No estado de Washington, no noroeste americano, foi erguido *Hanford Site*, uma instalação que deveria empreender uma pesquisa similar à de Oak Ridge, mas utilizando de Plutônio - 239. Por fim,

havia a necessidade de construir um complexo secreto que seria utilizado para a construção do hardware da bomba atômica, que demandava imenso esforço de metalurgia de precisão. Para isso foi escolhida uma localidade isolada na região de Los Alamos, no Estado do Novo México, e lá foi erguido um imenso laboratório conjuntamente com uma linha de montagem industrial que fosse capaz de construir uma bomba inédita na história militar (GOSLING, 1999).

Apesar dos inúmeros desafios que se colocaram diante de Groves e Oppenheimer, assim como dos milhares de outros cientistas que trabalharam no Projeto Manhattan, principalmente no que se refere ao sigilo de suas operações e da rapidez com que os resultados precisavam ser obtidos, o Projeto Manhattan se mostrou um grande sucesso e em muito superou as suas expectativas iniciais (GROVES, 2009). Antes da derradeira operação militar que colocaria um fim à 2ª Guerra Mundial, o Dr. Oppenheimer conduz o chamado *Teste Trinity* a uma distância de 210 milhas ao sul de Los Alamos, explodindo uma bomba de 18.6 Kilotons, comprovando que o programa havia sido um sucesso:

At precisely 5:30 a.m. on Monday, July 16, 1945, the atomic age began. While Manhattan staff members watched anxiously, the device exploded over the New Mexico desert, vaporizing the tower and turning asphalt around the base of the tower to green sand. The bomb released approximately 18.6 kilotons of power, and the New Mexico sky was suddenly brighter than many suns. Some observers suffered temporary blindness even though they looked at the brilliant light through smoked glass. As the orange and yellow fireball stretched up and spread, a second column, narrower than the first, rose and flattened into a mushroom shape, thus providing the atomic age with a visual image that has become imprinted on the human consciousness as a symbol of power and awesome destruction (GOSLING, 1999, p. 58).

Com os testes finais tendo sido devidamente realizados, as bombas *Little Boy* e *Fat Man* foram despejadas a partir de um avião B-29 respectivamente sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, nos dias 06 e 09 de agosto de 1945, produzindo mais de uma centena de milhares de mortes militares e civis, e compelindo o Japão à sua rendição irrestrita, encerrando assim a 2ª Guerra Mundial que se alastrava desde 1939.

O Projeto Manhattan é até hoje uma das maiores operações científicas e militares da história, movimentando um orçamento de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares na época, consumindo em torno de 100 milhões de dólares por mês. Em termos de recursos humanos, o projeto chegou a empregar 130 mil pessoas simultaneamente quando esteve em seu auge entre os anos de 1943 e 1944, e contou com mais de 600 mil colaboradores ao longo de toda a sua existência, até ser encerrado oficialmente em agosto de 1947. Em seu corpo científico primordial, o Projeto Manhattan chegou a contar com mais de vinte cientistas que acabaram

sendo laureados com Prêmios Nobel em algum momento de suas vidas, deixando claro a qualidade do corpo intelectual do qual dispôs o programa ao longo de seu ciclo de vida (REED, 2014).

3 O ciclo de vida no Projeto Manhattan

O estudo de projetos com base em seu ciclo de vida assume um lugar especial na literatura sobre processos gerenciais, de modo a orientar gestores e estudiosos em seu agir nas empresas e/ou instituições. Assim, diversos modelos conceituais são elaborados para que o estudo da administração e do gerenciamento se tornem mais efetivos, possibilitando uma análise teórica do assunto. Assim, tem-se que um dos principais modelos de análise de projetos, no que se refere ao seu delongar no tempo, é o de ciclo de vida de projetos, que pretende analisar a maneira como um projeto nasce, se desenvolve e finaliza-se ao longo do tempo.

Esta abordagem é feita a partir de etapas ou estágios, e o seu uso disciplinado pode auxiliar o gerente de projetos a superar diversas dificuldades as quais suas atribuições são quase sempre inerentes, como a identificação tardia de riscos, tarefas, objetivos e recursos, assim como a possibilidade de investimentos em projetos não promissores, entre outros benefícios. Ocorre que existem diversas maneiras de se apresentar um modelo de ciclo de vida de projetos, que variam justamente de acordo com a natureza de cada projeto a ser analisado. Esses modelos de ciclo de vida de projetos por vez podem ser mais longos e numerosos, por outro mais curtos e objetivos (JÚNIOR, 2022).

O ciclo de vida de projetos pode ser descrito como sendo uma concatenação de acontecimento ao longo da vida de um projeto ou programa, ou seja, o conjunto de ações que podem ocorrer conforme o projeto avance em tempo e desenvolvimento. Neste sentido, o que se tem é que um projeto tem o seu início com uma ideia, que precisa ser desenvolvida e elaborada, para posteriormente ser colocada na prática. As atividades que são típicas de cada etapa deste projeto são agrupadas em fases, e a união dessas fases formam o ciclo de vida de um projeto (MENEZES, 2001). Em paralelo a isso, subdividir um projeto em etapas a partir da abstração de seu ciclo de vida em muito pode contribuir com o seu gerenciamento, uma vez que permite aos gestores concentrar-se em diferentes áreas de preocupação de maneira ordenada e consecutiva (JIANG, 2004).

Dessa forma, é importante destacar que diversos elementos de complexidade envolvem a análise de um projeto a partir do seu ciclo de vida, haja vista a existência de requisitos para o cumprimento de cada ciclo, assim como a eventual impossibilidade de se avançar para uma fase seguinte sem que se tenha concluído a anterior:

Nesse contexto existem, nos ciclos de vida do gerenciamento de projetos, certos requisitos ou etapas que devem ser atendidos ou concluídos, caso contrário, o projeto não pode passar de uma fase para a próxima, é como uma análise de resultados que desencadeia uma decisão sobre o início do próximo estágio. Esses gatilhos variam de projeto para projeto, dadas as características únicas de projetos conduzidos em diferentes. Assim, as etapas do ciclo de vida do projeto são caracterizadas por uma abordagem de checklist, descrevendo as sequências de fases pelas quais o projeto irá evoluir e necessariamente atender aos seus requisitos (JÚNIOR, 2022, p. 172-173).

Existem diversas categorizações do ciclo de vida de projetos presentes na literatura que trata do tema, cada uma com características específicas que as diferenciam das demais, e que podem ser melhor aplicadas a algumas situações que a outras. Neste sentido, podem ser citadas as divisões feitas por Allen e Hardin (2008) que categoriza o ciclo de vida de projetos em (1) Iniciação do Projeto, (2) Definição do Projeto, (3) Planejamento do Projeto, (4) Acompanhamento do Projeto, (5) Encerramento do projeto. Esta versão da análise de ciclo de vida do projeto prioriza as etapas iniciais que compreendem os atos preparatórios do referido ciclo de vida.

Em contrapartida, existem modelos de análise que tendem a ser mais econômicos e conservadores, ao exemplo do de Menezes (2001) que traz as seguintes etapas: (1) Fase Conceitual, onde o gestor deve identificar as necessidades e potencialidades do projeto que se pretende construir, (2) Fase de Planejamento, onde são detalhadas as metas e objetivos que se pretendem alcançar com o êxito do projeto, (3) Fase de Execução, onde são executadas as etapas previstas no planejamento para que o projeto possa sair do papel e materializar-se no mundo, e por fim (4) Fase de Conclusão, onde há a finalização de todas as tarefas que foram propostas para o cumprimento das metas do projeto, com a sua posterior entrega ao destinatário final.

Em razão de melhor se adequar às finalidades da presente pesquisa, optou-se por utilizar a divisão de ciclo de vida do projeto de acordo com Menezes (2001) haja vista sua categorização em 4 (quatro) fases se adequar melhor aos fins pretendidos pelo presente trabalho. Deste modo, passa-se agora a uma análise sistemática de como as diferentes etapas que compreendem o Projeto Manhattan podem ser analisadas à luz do ciclo de vida de projetos, enquadrando cada uma dessas etapas do projeto nas respectivas fases do ciclo de vida que lhe são cabíveis.

3.1 Fase Conceitual

Antes que um projeto possa tomar forma, o que geralmente se faz através da chegada ao mercado de um novo produto ou de um novo serviço para uma empresa ou governo, é necessário que haja uma extensa e detalhada etapa de conceituação. Esta etapa, pode-se dizer,

consiste em determinar quais são os objetivos e as metas que o projeto deve alcançar, bem como os princípios que devem balizar todo o seu andamento. Não se trata de planejar, efetivamente, etapa esta que só deve vir em seguida, mas sim de desenhar os primeiros esboços do que se tem e do que se pretende ter, em termos de produto final e dos meios para que se possa atingi-lo. Entre os esboços feitos nesta etapa conceitual, podem ser citados a previsão de recursos a serem utilizados, proposta do projeto e a venda da ideia, preparando-se para a decisão final dos gestores sobre dar prosseguimento no projeto (SUZANO, 2013).

Em se tratando de maneira específica do que se presenciou no Projeto Manhattan, pode-se dizer que a etapa conceitual consiste na verificação de que a Alemanha nazista estava desenvolvendo em estágio já avançado um programa nuclear que em breve seria capaz de produzir bombas com um poder de destruição inédito (REED, 2014). Desse modo, os EUA e seus aliados conduzem estudos iniciais sobre a viabilidade de se criar um programa nuclear em solo americano, de maneira que pudessem alcançar o desenvolvimento da bomba antes dos nazistas. Neste estágio, contando com uma equipe menor de cientistas e um orçamento limitado para os estudos iniciais, verificou-se que seria possível atingir esse objetivo antes dos países do eixo, desde que houvesse um imenso trabalho de mobilização nacional e amplo investimento em pesquisa e desenvolvimento, com fins a construir a bomba atômica a tempo de ser usada naquele conflito (GROVES, 2009).

3.2 Fase de Planejamento

Os parâmetros iniciais de investimento e mão-de-obra para o projeto já eram conhecidos pelos EUA, ou seja, não podiam ser menores que aqueles usados pela Alemanha, que contava com pouco mais de uma centena de empregados e investimentos equivalentes a 2,2 bilhões de dólares em valores atuais (GOSLING, 1999). Neste sentido, os EUA tinham a noção de que não poderiam vencer essa corrida científica com menos recursos e com menos pessoal, e para preservar o sigilo das operações, o projeto sequer contava com uma restrição orçamentária nos moldes do que se via em outras iniciativas governamentais (CHADWICK, 2001).

A etapa de planejamento prevista no ciclo de vida de projetos consiste na apresentação das atividades a serem desenvolvidas pelo projeto ao longo da sua existência, assim como a sua estruturação analítica, especificando os gerentes responsáveis pelas tarefas e a determinação de resultados tangíveis e as datas das respectivas entregas. Assim, havendo elencado alguns conceitos iniciais que deverão orientar a execução do projeto, a etapa de planejamento, dentro

do ciclo de vida do projeto, deve especificar como os objetivos devem ser alcançados, e de que forma os recursos humanos e materiais devem ser utilizados para tal (MENEZES, 2001).

De maneira mais específica, a fase de planejamento no Projeto Manhattan pode ser enquadrada como aquela que compreende a contratação da primeira mão de obra necessária para o início do projeto, principalmente no que se refere aos cientistas que vieram oriundos de outros países da Europa que estiveram sob o jugo das tropas alemãs. Não bastassem a assunção de cientistas qualificados que vieram do mundo todo, fez parte também da etapa do planejamento os primeiros projetos sobre a construção das instalações que deveriam abrigar as pesquisas sobre o refinamento de urânio e plutônio para a fabricação da bomba atômica (GOLDWHITE, 1986). Outro aspecto bastante importante que compreende a etapa do planejamento é a maneira com que o alto corpo decisório pôde manter o sigilo das operações, que naquele momento já estavam sendo planejadas que ocorressem em diversos pontos do território norte-americano. Deve-se destacar que ao longo do ciclo de vida do Projeto Manhattan, mais de 600 mil técnicos, construtores e cientistas foram empregados nos esforços do programa, e eram necessárias avançadas técnicas de sigilo para que as informações cruciais não vazassem das instalações (GROVES, 2009).

3.3 Fase de Execução

A fase de execução adquire importância ímpar no ciclo de vida de um projeto, haja vista que é nesse momento que tudo o que foi planejado deverá ser materializado em um produto ou um serviço. Dessa forma, o que se busca é a integração de todas as fases da etapa anterior, bem como dos recursos humanos e materiais envolvidos. Ademais, também se ocupa esta fase de realizar reprogramações que sejam necessárias para que o projeto possa ser cumprido da melhor maneira possível, realizando também as alterações finais que o corpo decisório e técnico vejam como necessárias (SUZANO, 2013).

Pode-se afirmar que esta etapa, em se tratando do Projeto Manhattan, consistiu no momento mais crucial e de maior dificuldade de todo o ciclo de vida do projeto, uma vez que envolvia desde a construção das instalações que seriam responsáveis pelo refinamento de urânio e de plutônio até a posterior instalação no hardware das bombas. Desse modo, apesar de o Projeto Manhattan ter contado com dezenas de instalações científicas e de construção, pode-se dizer que haviam 3 (três) instalações principais: Oak Ridge, Hanford e Los Alamos. A instalação de Oak Ridge foi construída com o objetivo de trabalhar com o refinamento de urânio-235, um dos elementos físséis do projeto, enquanto a instalação de Hanford tinha como

objetivo refinar plutônio-239. Por fim, a instalação de Los Alamos, que foi a última a ser construída, deveria reunir cientistas com o objetivo de construir o hardware da bomba (GOLDWHITE, 1986).

Ao final, compreende também a fase de execução dentro do ciclo de vida de projetos a construção da bomba propriamente dita, onde os elementos físséis que haviam sido desenvolvidos e refinados nos centros de pesquisa de Oak Ridge e Hanford, se integraram com o hardware da bomba construído nas instalações de Los Alamos. Dessa forma, foram desenvolvidas inicialmente 3 (três) bombas, uma para teste, e duas para serem utilizadas em combate. O teste de que se trata a passagem anterior era o *Trinity Test* realizado no dia 16 de julho de 1945 na presença dos chefes militares e diretores científicos do projeto, que conferiram uma certificação para a atividade que viria a ser posteriormente realizada no Japão (GOSLING, 1999).

3.4 Fase de Conclusão

Após as etapas que compreendem a fase de execução no ciclo de vida dos projetos, a etapa final, qual seja, da conclusão, é fundamental para que o projeto tenha atingido o seu objetivo, onde serão verificados se todos os requisitos que foram elencados nas etapas conceitual e de planejamento foram corretamente cumpridos. Nesta última etapa do ciclo de vida, são verificados se ainda existem algumas tarefas a serem cumpridas, com a eventual realocação de recursos humanos e materiais para que as mesmas sejam realizadas corretamente. Ao fim, tem-se também a emissão de relatórios finais de desempenho e avaliações globais de como se deu o desenrolar do projeto (MENEZES, 2001).

A etapa de conclusão do Projeto Manhattan é justamente a mais polêmica historicamente, em vista que se refere ao lançamento das bombas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Os lançamentos ocorreram a partir de aviões bombardeiros B-29 que decolaram de um aeroporto militar construído nas Ilhas Tinian, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, culminando na morte de mais de 150 mil pessoas entre militares e civis, e a inevitável rendição do Japão na 2ª Guerra Mundial. Ademais, após os ataques às cidades japonesas, foram realizados outros 2 (dois) testes nucleares sob os auspícios da operação *Crossroads* a 210 milhas ao sul da base de Los Alamos (GOSLING, 1999).

Assim, além das explosões que marcaram os momentos finais do Projeto Manhattan, pode-se enquadrar também como pertencentes à fase de conclusão no ciclo de vida de projetos o fechamento gradual das instalações de pesquisa e desenvolvimento que foram utilizados ao

longo do programa, o que ocorreu entre os anos de 1945 e 1947, com o fechamento do *Manhattan Engineer District* em agosto deste último ano (CHADWICK, 2021).

4 Considerações Finais

A partir do que foi analisado ao longo do presente trabalho, o que se pode concluir é que o Projeto Manhattan foi um dos mais importantes e bem sucedidos projetos da história dos EUA, na medida em que obteve sucesso em conciliar duas palavras de ordem bastante complexas de se alcançar, que eram a rapidez e o sigilo. Era necessária extrema rapidez para que as forças aliadas pudessem obter avanços na pesquisa atômica e conseguir refinar com sucesso o urânio-235 e o plutônio-239, ao mesmo tempo em que também deveriam se tornar capazes de construir uma bomba atômica antes das forças alemãs, que contavam com renomados cientistas energéticos. No mesmo sentido, o sigilo também era de absoluta importância para os EUA, uma vez que temiam que caso a Alemanha soubesse que os aliados estavam desenvolvendo uma bomba atômica, poderiam acelerar seus esforços e obter a bomba num prazo de tempo mais curto.

Por fim, faz-se importante analisar o desenvolvimento do Projeto Manhattan sob a luz do ciclo de vida de projetos, uma vez que oferece uma análise categorizada e que permite enxergar cada etapa do programa nuclear americano, em sua gênese. Assim, divide-se as diferentes etapas do Projeto Manhattan conforme as divisões temporais oferecidas pelo ciclo de vida de projetos, quais sejam, a etapa conceitual, de planejamento, de execução e de conclusão. O Projeto Manhattan foi um divisor de águas sobre como as guerras eram travadas, e como estas passaram a ser travadas a partir de então, uma vez que inaugura uma nova era de energia – a era do átomo – tanto no que se refere aos seus usos civis, como também ao seu uso militar. As bombas *Little Boy* e *Fat Man* que foram lançadas em solo japonês marcaram a imaginação humana com seu poder e forma, já que representaram o ponto final da 2ª guerra mundial, com o uso de uma arma cuja violência e poder de destruição até então não haviam sido vistos no mundo.

Referências

ARCHIBALD, R.; DI FILIPPO, I.; DI FILIPPO, D. The six phase comprehensive project life cycle model. *PM World Journal*, v. 1, n. 5, 2012, p. 1-40. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b56e/13fc7e6ad6c6864629c23f5c01273116fada.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

CHADWICK, Mark B. The Manhattan Project Nuclear Science and Technology Developments at Los Alamos: A Special Issue of Nuclear Technology. *Nuclear Technology*, v. 207, n. sup1, 2021, p. 3-8. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00295450.2021.1903301?needAccess=true&role=button>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

FLORENCIO DA COSTA JÚNIOR, João et al. Um estudo sobre os princípios norteadores do ciclo de vida de gerenciamento de projetos. *Revista de Gestão e Projetos*, v. 13, n. 1, 2022, p. 171-188. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/21136>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

GACHIE, Wanjiru. Project risk management: A review of an institutional project life cycle. *Risk Governance and Control: Financial Markets & Institutions*, v. 7, n. 4-1, 2017, p. 163-173. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/77f3/e1bef7c9f71ff423e3e5eeb5711e31728c58.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

GOLDWHITE, H. The Manhattan project. *Journal of Fluorine Chemistry*, v. 33, n. 1-4, 1986, p. 109-132. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0022113900852732>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

GOSLING, Francis George. *The Manhattan Project: making the atomic bomb*. Oak Ridge: Diane Publishing, 1999.

GROVES, General Leslie R. *Now it can be told: The story of the Manhattan Project*. New York: Da Capo Press, 2009.

HORMOZI, Amir M.; MCMINN, Robert D.; NZEOGWU, Okeleke. The project life cycle: the termination phase. *SAM Advanced Management Journal*, v. 65, n. 1, 2000, p. 45-51. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/231252859?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

JIANG, Bin; HEISER, Daniel R. The eye diagram: A new perspective on the project life cycle. *Journal of education for Business*, v. 80, n. 1, 2004, p. 10-16. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3200/JOEB.80.1.10-16>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.

KELLY, Cynthia C. (Ed.). *Remembering The Manhattan Project-Perspectives On The Making Of The Atomic Bomb & Its Legacy*. Singapore: World Scientific, 2005.

KLOPPENBORG, Timothy J.; PETRICK, Joseph A. Leadership in project life cycle and team character development. *Project Management Journal*, v. 30, n. 2, 1999, p. 8-13. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/875697289903000203>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

LABUSCHAGNE, Carin; BRENT, Alan C. Sustainable project life cycle management: the need to integrate life cycles in the manufacturing sector. *International journal of project management*, v. 23, n. 2, 2005, p. 159-168. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0263786304000687>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. *Gerenciamento de Projetos-: O Processo Gerencial*. Porto Alegre: McGraw Hill Brasil, 2016.

MENEZES, Luís César de Moura. *Gestão de projetos*. São Paulo: Atlas, 2001.

MIAN, Sarfraz A.; DAI, Christine Xiaoyi. Decision-making over the project life cycle: An analytical hierarchy approach. *Project Management Journal*, v. 30, n. 1, 1999, p. 40-52. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/875697289903000106>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

OELGAARD, Morten Jensen. The performance of a project life cycle methodology in practice. *Project Management Journal*, v. 44, n. 4, 2013, p. 65-83. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1002/pmj.21357>. Acesso em 11 de julho de 2022.

OSMANI, Mohamed. Design waste mapping: a project life cycle approach. In: Proceedings of the Institution of Civil Engineers-Waste and Resource Management. *ICE Publishing*, v. 166, n. 3, 2013, p. 114-127. Disponível em: <https://www.icevirtuallibrary.com/doi/abs/10.1680/warm.13.00013>. Acesso em 02 de julho de 2022.

PATANAKUL, Peerasit; IEWWONGCHAROEN, Boonkiart; MILOSEVIC, Dragan. An empirical study on the use of project management tools and techniques across project life-cycle and their impact on project success. *Journal of General Management*, v. 35, n. 3, 2010, p. 41-66. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030630701003500304>. Acesso em: 03 de julho de 2022.

PINTO, Jeffrey K.; PRESCOTT, John E. Variations in critical success factors over the stages in the project life cycle. *Journal of management*, v. 14, n. 1, 1988, p. 5-18. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/014920638801400102>. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

REED, Bruce Cameron. *The history and science of the Manhattan Project*. Berlin: Springer, 2014.

RICHARDSON, Gary L.; JACKSON, Brad M. *Project management theory and practice*. Boca Raton: Auerbach Publications, 2018.

SUZANO, Márcio Alves; DUNHAM, Augusto; MARTINS, Hugo Ferreira. Contribuição ao Gerenciamento do Ciclo de Vida de Projetos: Considerações sobre o Fator Liderança. *Revista de Administração do Gestor-RAG*, v. 3, n. 1, 2013, p. 49-60. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274140134_Contribuicao_ao_Gerenciamento_do_Ciclo_de_Vida_de_Projetos_Consideracoes_sobre_o_Fator_Lideranca?enrichId=rgreq-0b244f7c29d2dcbee341852d3c732f56-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3NDE0MDEzNDtBUzoyMTIyMDc0MjcxNjYyMDIAMTQyNzYwNTYwMTE0Mg%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf. Acesso em 10 de outubro de 2022.

TORRENS, Francisco; CASTELLANO, Gloria. Manhattan project, atoms for peace, nuclear weapons, and accidents. In: POGLIANI, Lionello; TORRENS, Francisco; HAGHI, A. K (Ed.). *Molecular Chemistry and Biomolecular Engineering*. Palm Bay: Apple Academic Press, 2019. Capítulo 12. p. 215-233.

Recebido em 13 de janeiro de 2023.

Aceito para publicação em 19 de agosto de 2023.



Marina Moreno de Farias

Bacharel em Relações Internacionais. Mestranda em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Analista de Pesquisa no think tank Observa China (观中国) e integra o Laboratório de Estudos em Economia Política da China (LabChina).

O E-RENMINBI E OS IMPACTOS DA MOEDA DIGITAL CHINESA PARA O SISTEMA MONETÁRIO-FINANCEIRO INTERNACIONAL

THE E-RENMINBI AND THE MONETARY-FINANCIAL INTERNATIONAL SYSTEM IMPACTS OF THE CHINESE DIGITAL CURRENCY

RESUMO: Esse artigo trata do “*e-Renminbi*” (moeda digital chinesa), sua unidade de conta (yuan) e as discussões acerca do papel da moeda digital no Sistema Monetário-Financeiro Internacional. O debate atual sobre as moedas digitais foca nas moedas privadas - como o Bitcoin - em uma tentativa de desacoplar o Estado e a autoridade de emissão da moeda. A partir de uma perspectiva Cartalista, Keynesiana e Minskyana, enxergamos a moeda como uma criatura do Estado que depende da aceitação jurídica acerca da unidade de conta em que as dívidas são geradas, administradas e liquidadas. Nesse sentido, o e-Renminbi, sendo uma Central Bank Digital Currency (CBDC), se caracteriza apenas como um outro formato da moeda chinesa formal (RMB), e que, portanto, depende do poder do país emissor (autoridade central) e que não transforma o conteúdo da moeda já existente. No entanto, como *token* digital, a emissão da moeda digital chinesa, como meio de pagamento, é absolutamente inovadora no que tange o processo de compensação das transações, o que reflete a crescente importância da China na economia global.

Palavras-chave: E-Renminbi; Moeda; China; Estado.

ABSTRACT: This article deals with the "e-Renminbi" (Chinese digital currency), its unit of account (yuan) and the discussions about the role of digital currency in the International Monetary-Financial System. The current debate on digital currencies focuses on private currencies - such as Bitcoin - in an attempt to decouple the state from the authority to issue currency. From a Chartalist, Keynesian and Minskyan perspective, we see currency as a creature of the state that depends on legal acceptance of the unit of account in which debts are generated, managed and settled. In this sense, the e-Renminbi, being a Central Bank Digital Currency (CBDC), is characterized only as another format of the formal Chinese currency (RMB), which therefore depends on the power of the issuing country (central authority) and which does not transform the content of the existing currency. However, as a digital token, the issuance of Chinese digital currency as a means of payment is absolutely innovative in terms of the process of clearing transactions, which reflects China's growing importance in the global economy.

Keywords: E-Renminbi; Currency; China; State.

1 Introdução

O sistema monetário-financeiro internacional (SMFI) pode ser analisado através da noção de Hegemonia no campo da Economia Política Internacional. O conceito de Hegemonia foi inicialmente mobilizado por Gramsci (1999), e posteriormente impulsionado pela Teoria do Sistema-Mundo (Wallerstein, 1974) e pelas discussões acerca da Estabilidade Hegemônica (Gilpin, 1987; Kindleberger, 1973). De acordo com esse debate, a potência hegemônica organiza uma ordem internacional, exercendo sua liderança e/ou dominação sob os outros Estados nacionais. A potência ou hegemonia do nosso tempo, os Estados Unidos, exerce seu poder - para além da esfera militar, tecnológica ou cultural - através do *privilège exorbitant* da moeda americana - o dólar - no Sistema Monetário-Financeiro Internacional.

Não é necessário nos estendermos na exposição sobre o alcance/capacidade/privilégio do dólar, e portanto dos Estados Unidos, enquanto moeda de referência da economia global; esta já é quase que inteiramente aceita nas teorias e debates sobre Hegemonia e poder monetário. Basta lembrarmos que há uma diferença entre uma moeda internacional e uma moeda de referência. De acordo com Cohen (2018), a emissão de uma moeda internacional garante capacidades e privilégios ao país emissor, sejam capacidades internas, como a flexibilização da política macroeconômica, por exemplo, sejam capacidades externas, como a influência (*leverage*) e a ampliação da reputação do Estado emissor no SMFI.

Apesar das capacidades e dos privilégios que acompanham a internacionalização efetiva de uma moeda, em um SMFI onde impera apenas uma moeda de referência (o dólar americano), o país emissor ainda não gozará do tal *privilège exorbitant* de que goza a potência hegemônica que emite a moeda de referência.

Para Knapp (1924) e Keynes (1930), o estabelecimento da unidade de conta, dos meios de pagamento a serem aceitos, das taxas de conversão, do poder de compra, são todos frutos de contextos históricos e dependentes de aceitação jurídica. A própria existência e manutenção da moeda fiduciária revela este caráter Cartal (Knapp, 1924), pois a moeda fiduciária nada mais é do que a moeda cujo lastro é a confiança no Estado soberano que a emitiu.

Knapp (1924) vai expressar que possuir o meio de pagamento (uma das funções da moeda), não traz contentamento a quem possui, mas somente a expectativa futura de uso do meio de pagamento para satisfazer necessidades de consumo: circulação. O dinheiro, ou, a moeda, para servir ao seu propósito (utilização do meio de pagamento), precisa ser aceito juridicamente. Ora, no Brasil aceita-se o Real, na forma de papel-moeda, cartão de débito ou crédito, transferências bancárias, cheques, etc. Se um brasileiro viajar ao exterior, precisará trocar sua moeda (o Real), para divisas estrangeiras, a unidade de conta juridicamente aceita no

exterior; não poderá pagar em Reais. É um exemplo cabal da aceitação jurídica, da moeda enquanto criatura da lei (Knapp, 1924, p.1).

Esse meio de pagamento emitido pela autoridade central ocorre dentro de um território definido, com sociedade organizada e onde o Estado se constitui enquanto aquele que detém o monopólio da violência. Essa autoridade central emite a unidade de conta na qual os cidadãos precisam liquidar a dívida que contraíram com o pagamento de tributos. Tributos estes, vale notar, que surgem para o financiamento da guerra. Só a autoridade central, detendo o monopólio da violência, pode proclamar a unidade de conta (moeda). Sendo impossível haver uma convergência natural em torno de um equivalente geral, em razão de que todos iriam querer decidir qual é (e arbitrá-lo) - desejo convergente -, é apenas a partir da dimensão do poder e do monopólio da violência que é decidido aquele que define a unidade de conta e arbitra sobre ela (na forma de representação de dívida e contrapartida de tributação), ou seja, a autoridade central.

O Estado, portanto, entra em primeiro lugar como a autoridade da lei que impõe o pagamento da coisa que corresponde ao nome ou descrição nos contratos. Mas ele entra em cena duplamente quando, além disso, reivindica o direito de determinar e declarar o que corresponde ao nome, e de variar sua declaração de tempos em tempos - quando, em outras palavras, reivindica o direito de reeditar o dicionário. Esse direito é reivindicado por todos os estados modernos e vem sendo reivindicado há pelo menos quatro mil anos (Keynes, 1930, p. 4).¹

Assim, o que surge com Knapp e Keynes é uma teoria monetária, onde a criação e o gerenciamento do dinheiro são realizados pelo Estado, e se o é, pode cumprir funções políticas, domésticas e externas, tal como a utilização da moeda enquanto instrumento de poder. Desta maneira, pretendemos responder, ao longo deste trabalho, a seguinte pergunta: qual o papel da emissão do e-Renminbi para o SMFI?, e concebemos a hipótese de que, como *token* digital, a emissão da moeda digital chinesa (meio de pagamento) é absolutamente inovadora no que tange o processo de compensação das transações, o que reflete a crescente importância da China na economia global. Essa emissão contesta o espaço privilegiado do dólar, mas não o status de moeda de referência do SMFI.

Este trabalho é um estudo de caso qualitativo, utilizando dados e relatórios de instituições como o Bank for International Settlements (BIS), o People's Bank of China

¹ No original: "The State, therefore, comes in first of all as the authority of law which enforces the payment of the thing which corresponds to the name or description in the contracts. But it comes in doubly when, in addition, it claims the right to determine and declare what thing corresponds to the name, and to vary its declaration from time to time - when, that is to say, it claims the right to re-edit the dictionary. This right is claimed by all modern states and has been so claimed for some four thousand years at least."

(PBoC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, para explorar o fenômeno do processo de digitalização dos pagamentos na China. O artigo está dividido em 2 seções e 1 subseção, além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira parte explora o conceito de moeda digital; sua subseção apresenta o e-Renminbi, fazendo menções às justificativas de sua emissão e elucidando suas capacidades. A segunda parte esclarece o papel do People's Bank of China (PBoC) na emissão do Renminbi digital.

2 Moeda digital: Uma breve discussão conceitual e teórica sobre poder e Estado

O debate sobre a relação moeda-poder estatal advém do campo da Economia Política Internacional (EPI), muito embora economistas como Knapp e Keynes já abordassem a preponderância do Estado - ou autoridade central - na emissão de uma moeda como unidade de conta. Mais especificamente, a Economia Política Internacional “considera que as relações financeiras internacionais se estruturaram em um mundo de Estados que disputam poder entre si”, e entende o uso da moeda como “instrumento do poder estatal” ao prover “[...] análises sobre a “hierarquia das moedas” (Peruffo et al, 2022, p.5).

Esse debate é específico do campo da EPI porque é nele que surge a necessidade da junção da esfera da Política (e, portanto, do poder) com a esfera da Economia para a realização de análises que dessem conta da complexidade da realidade. Nesse sentido, as discussões sobre o advento das moedas digitais têm sido recepcionadas com um ânimo renovado, principalmente no caso das moedas digitais privadas, porque seus entusiastas acreditam que são a representação de uma realidade em que o Estado não possua mais o monopólio da emissão e da regulação da moeda (Aglietta, 2018; Cohen, 2018). Em outras palavras, não só a liberdade de emissão seria a preocupação, mas as moedas digitais privadas buscariam transpassar o controle e a regulação financeira que são necessárias no caso da moeda estatal. Aqui, além da Economia, encontramos um reforço do imaginário político neoliberal que posiciona o Estado como agente de controle, redução e contenção das liberdades individuais enquanto confere ao livre-mercado, à concorrência e aos agentes privados o contentamento e a satisfação do indivíduo (Yermack, 2014; Carvalho et al, 2021).

A popularidade do Bitcoin - a primeira criptomoeda lançada no mundo - cresceu no contexto da turbulência financeira internacional, que começou em 2008, quando grande parte da confiança nas instituições existentes foi perdida [...] Recentemente, o Bitcoin atraiu principalmente entusiastas da tecnologia que o utilizam para comércio

on-line e grupos com convicções políticas libertárias que aprovam a moeda por não ter conexões com o governo e especuladores. (Carvalho et al, 2021, p.478)²

A principal experiência de moeda digital (criptomoeda) privada é o Bitcoin. A tecnologia utilizada para emissão dessas moedas - principalmente no caso pioneiro da Bitcoin - chamada *Blockchain*, dispõe-se a remover os Bancos Centrais do processo das transações. De acordo com Marra (2021, p.9):

Essa tecnologia, descrita pela primeira vez em 2009, funciona em rede, ou seja, não existe uma instituição que centralize a emissão ou o controle das transações do bitcoin; enquanto a sua emissão foi descrita pelo código-base, a tecnologia blockchain garante que cada bitcoin só será “gasto” uma vez.

A utilização atual do *bitcoin* é mais como um ativo de especulação, dado que o uso dessa moeda digital como meio de pagamento demonstrou vários erros (Marra, 2021). Esses entusiastas mencionam também a experiência da moeda do Facebook, por exemplo, a Libra³ (que inclusive pode ter servido de “inspiração” para a emissão do *e-Renminbi*), mas que, como podemos notar, não perdurou.

Em especial no século XXI, em que as moedas são o que chamamos de *fiat currency*, ou, moedas fiduciárias⁴, é irreal imaginar uma moeda lastreada em qualquer outro elemento que não a confiança no Estado soberano que a emitiu, tanto pela capacidade de tributação da autoridade central quanto pelo monopólio da violência que desfruta o Estado moderno (Knapp,1924; Keynes, 1935; Martin, 2016). Conforme Martin (2016, p.149): “[...] O dinheiro em espécie permanece apenas um símbolo de crédito perante o soberano, mas a maioria esmagadora do dinheiro em circulação consiste em saldos de crédito em contas de bancos privados.”

É claro que os agentes privados e o fanatismo neoliberal produzido pelo “livre-mercado” pretendem escapar do signo da autoridade central que emite a moeda, mas é importante frisar que nunca na história moedas privadas conseguiram se manter em vigor. A visão Cartalista entende que, em razão do seu poder Racional-Legal, o Estado é o único emissor de unidade de

² No original: “The popularity of Bitcoin - the first cryptocurrency launched in the world - rose in the context of the international financial turmoil, which began in 2008 when much of the trust in existing institutions was lost [...] Recently, Bitcoin has primarily attracted technology enthusiasts who use it for online commerce and groups with libertarian political convictions that approve of the currency for not having government connections and speculators.”

³ “Ao contrário do bitcoin, o projeto da Libra possui uma reserva lastreada em ativos denominados em unidades de conta governamentais, o que garantiria, em teoria, maior estabilidade de valor.” (Marra, 2021, p.9).

⁴ É importante notar que alguns países, como a própria China, têm aumentado suas reservas de ouro em uma tentativa de transpor o dólar. Ainda assim, sua presença é pequena em comparação com o dinheiro fiduciário.

conta. O privilégio do Estado, ou, do Soberano, é incomparável com possíveis privilégios de agentes privados. Sobre isso, Martin (2016, p.93), afirma:

Acima de tudo, ele desfruta, por definição e ao contrário de qualquer agente particular, da autoridade política. Portanto, a fiabilidade do crédito do soberano repousa não na nossa avaliação de sua capacidade de obter crédito no mercado, mas na força de sua autoridade e na disposição do soberano de utilizá-la para acumular crédito junto a seus súditos por meio da taxaço. Mais do que seu tamanho representativo no mercado, é o poder dominante do soberano fora do mercado que torna suas promessas de dívida tão eficazes como dinheiro [...] o poder político do soberano confere a suas obrigações um status que transcende tanto o enorme mercado estatal quanto o poder legal. Enquanto o Estado for considerado legítimo, seu dinheiro goza de confiança não apenas comercial ou legal, mas também ideológica e até espiritual.

Nesse sentido, baseado na perspectiva Cartalista, entendemos que: i) A moeda que é válida em seu formato (unidade de conta) é a moeda estatal e, ii) O *e-Renminbi* é apenas um outro formato da unidade de conta da moeda chinesa (Yuan). A inovação implementada na criação de um *token* digital é indiscutível, mas não altera o fato de que a moeda chinesa continua sendo a moeda emitida pela autoridade central chinesa (Estado) através de seu Banco Central (*People's Bank of China*), o que demonstra que mesmo em casos de digitalização da moeda, o papel da autoridade central como emissor é crucial. Além disso, no caso chinês, essa digitalização não fornece à moeda características privilegiadas ou que poderiam ser auxiliaadoras em uma contestação à hegemonia monetária americana.⁵

2.2 O *e-Renminbi* (数 □ □ □ □)

Antes de adentrar nas especificidades do *e-Renminbi*, cabe sumarizar alguns aspectos dos meios de pagamentos na China nos últimos anos. Em primeiro lugar, menos de 5%⁶ do total de moeda em circulação na China é em papel-moeda (Xinhua, 2022). Em 2016, 80% das movimentações financeiras já eram eletrônicas (China, 2021). Os cartões magnéticos não prosperaram muito no país, já que só vieram a ser utilizados a partir de 2000 (Klein, 2020). Nesse meio tempo, a China já havia iniciado um processo de grande digitalização de pagamentos através de plataformas de “super apps” (tais como *WeChat* e *Alipay*), criando o que é conhecido como “*cashless society*”, ou, uma sociedade “sem papel-moeda” (em espécie). De acordo com Klein (2020, p.1): “Ultrapassando o sistema baseado em cartões, dois novos sistemas de pagamento passaram a dominar as transações pessoais, de varejo e muitas

⁵ Por razões intrínsecas ao modelo de internacionalização implementado pelo Estado chinês, que não visa abrir o fluxo de capitais, desancorar o câmbio e nem flexibilizar sua política macroeconômica.

⁶ “In China, the proportion of the total amount of money in circulation in the form of cash has dropped to 3.7 percent and is continuing to fall.” (XINHUA, 2022).

transações comerciais”. Esse sistema de digitalização se baseia em carteiras digitais e *QR codes*, passando pelas grandes firmas *big tech*: Alipay (Alibaba) e WeChat Pay (Tencent). Pode-se dizer que o Alibaba é uma espécie de Amazon chinesa, e Tencent, o Facebook chinês.

Essa rede afasta os bancos privados do processo de intermédio de compensação das transações, afastando também uma fonte importante de receita do sistema bancário, ao criar “[...] um ecossistema de pagamento alternativo com incentivos diferentes entre comerciantes, consumidores e provedores de sistemas de pagamento” (Klein, 2021, p.1) e ao desafiar “[...] o posicionamento de longa data dos pagamentos no lado do bancário em oposição ao comércio.”⁷(Ibidem).

Em um período de 10 anos, a China foi de incipiente à dominante no que tange a digitalização de sua economia, contando atualmente com mais de 1 bilhão de usuários em cada plataforma. Nesse cenário, a criação do e-Renminbi pode ser crucial para a continuidade, ampliação e aprofundamento do uso digital da economia chinesa.

A moeda chinesa, o chamado Renminbi, possui o yuan como unidade de conta (CNY). O termo *Renminbi* (RMB) significa “people’s currency”, ou, “moeda do povo”, em mandarim: 人民币. Ambos os termos - yuan e Renminbi - são utilizados de forma intercambiável, o que significa que 5 RMB é a mesma coisa que 5¥. Essa é a moeda oficial emitida, seja em papel-moeda (cédula) ou utilizada em transações digitais. O *e-Renminbi*, por sua vez, é o que chamamos de “*digital currency electronic payment*”⁸, ou seja, uma moeda - digital - emitida pelo *People’s Bank of China (PBOC)* - o Banco Central do país - para servir como meio de pagamento.

O *e-Renminbi* é a primeira moeda digital estatal já emitida (Boar; Wehrl, 2021), e foi lançada em meio à pandemia de COVID-19, tendo sido testada publicamente em abril de 2021. O e-RMB é uma moeda corrente legal, o que significa que seu valor é o mesmo do RMB em outros formatos (cédulas, moedas, crédito).

De acordo com o Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements* - BIS), o objetivo principal do e-CNY é “criar uma versão digital do renminbi que atenda à demanda do público por dinheiro na era da economia digital”⁹ (BIS, 2022, p.45). O e-Renminbi é, portanto, o que chamamos de *Central Bank Digital Currency* (CBDC) - moeda

⁷ No original: “It creates an alternative payment ecosystem with different incentives between merchants, consumers, and payment system providers. It challenges the long-standing placement of payments on the side of banking as opposed to commerce.”

⁸ No original: 数字货币电子支付.

⁹ No original: “The development of China’s e-CNY system aims to create a digital version of the renminbi that meets the public’s demand for cash in the digital economy era.”

digital emitida pelo Banco Central. A emissão do e-Renminbi também visa propiciar o desenvolvimento de uma infraestrutura de pagamentos de comércio, ampliando a efetividade do sistema de pagamentos, em conjunto com os avanços de digitalização já em progresso na China. "Se voltarmos ao plano quinquenal de 2012, veremos que o governo percebeu que a única maneira de a China administrar 1,4 bilhão de pessoas e fornecer a elas serviços, atividades bancárias e diferentes serviços governamentais... era se tornar digital"¹⁰ (Turrin apud Caudevilla; Kim, 2022, p.4).

Também chamado de “*retail CBDC*” ou “CBDC de varejo”, o e-Renminbi é, portanto, um formato da moeda fiduciária chinesa, ou, uma moeda corrente legal (*legal tender*) (Caudevilla; Kim, 2022). Para além de seu uso como meio de pagamento, o e-yuan também pode ser utilizado como reserva de valor por empresas, governos e cidadãos. A moeda digital chinesa visa, portanto, i) melhorar a eficiência dos sistemas de pagamento do Banco Central; ii) fornecer um backup para o sistema de comércio de varejo; iii) apoiar o acesso igualitário ao pagamento digital e à inclusão financeira e iv) ampliar iniciativas internacionais, trazendo melhorias para os pagamentos internacionais (PBOC, 2021; BIS, 2022). Tais objetivos estão ligados por alguns princípios norteadores, são eles: a) Conformidade com leis e regulamentos; b) Segurança e conveniência; e c) Abertura e compatibilidade (PBOC, 2021).

O sistema do *e-Renminbi* funciona em dois níveis, sendo o *People’s Bank of China* (PBOC) a entidade responsável pela emissão e “descarte” da moeda, além de realizar conexões entre as instituições e a administração do ecossistema de carteiras (*wallets*). Não obstante, o PBOC também elege certos bancos comerciais para fornecerem serviços de câmbio. Sob os auspícios do PBOC, outras instituições e bancos comerciais oferecem outros serviços para ampliar a circulação da moeda digital (PBOC, 2021; BIS, 2022).

O sistema de dois níveis pode aproveitar totalmente as vantagens das operadoras autorizadas em termos de recursos, talentos e tecnologia para criar um sistema orientado para o mercado que promova a inovação e a concorrência. Além disso, como o público está acostumado a acessar serviços financeiros por meio de bancos comerciais, essa arquitetura de dois níveis pode aumentar a aceitação pública do e-CNY (BIS, 2022, p.46).¹¹

¹⁰ No original: “If we go back to the 2012 five-year plan, we see a realization by the government that the only way China could manage 1.4 billion people and provide them with services, banking, different government services ... was to go digital”.

¹¹ No original: “The two-tier system can fully tap authorised operators’ advantages in terms of resources, talents and technology to build a market-driven system that promotes innovation and competition. On top of that, since the public is used to accessing financial services via commercial banks, this two-tier architecture may increase public acceptance of e-CNY.”

A criação e utilização do e-Renminbi também possui uma motivação geopolítica mais importante: o uso da moeda chinesa em transações internacionais. A ampliação do uso do CBDC chinês no comércio internacional pode - e deve - gerar uma certa competição com o dólar americano, contestando o espaço dominado pelo dólar.

3 O papel do *People's Bank of China (PBOC)*

O People's Bank of China (PBOC)¹², conforme mencionado, atua como Banco Central do país. É ele quem controla a política monetária e a regulação financeira de toda a China continental e é vinculado diretamente ao governo central (*State Council of the People's Republic of China*).

Desde 2014, o governo central da China vem pesquisando sobre tecnologia blockchain e investigando as possibilidades de emissão de uma moeda digital. O ano de 2016 viu a implementação de um instituto de pesquisa para a moeda digital e, já em 2017, aprovou-se o desenvolvimento do Renminbi digital como teste. As firmas *tech* - Alibaba, Tencent, Huawei, UnionPay e JD.com - foram convidadas a colaborar com o PBOC para esse projeto. Em 2021, ainda na pandemia, o PBOC divulgou um relatório oficial sobre o lançamento do Yuan digital: "*Progress of Research and Development of e-CNY in China*" (Progresso da pesquisa e do desenvolvimento do e-CNY na China). O relatório do governo deixou claro que o e-Renminbi não era uma *stablecoin*¹³ e nem uma criptomoeda como no caso do Bitcoin: "[...] porque é emitida, controlada e precificada pela autoridade monetária e não pelo mercado, característica que minimiza sua volatilidade" (Boaventura *et al*, 2023, p.10). Além disso, segundo Boaventura *et al*, 2023, por ser uma moeda emitida pelo Banco Central (*legal tender*), não apresenta riscos de solvência.

Neste relatório, o PBOC levanta que: i) o desenvolvimento da economia digital urge novas infraestruturas de pagamento varejo que sejam seguras, inclusivas e adaptáveis à era digital, ii) as funções do dinheiro em espécie e o ambiente de seu uso estão mudando profundamente, iii) as criptomoedas, principalmente as *stablecoins* têm se desenvolvido rapidamente, iv) a comunidade internacional têm prestado muita atenção aos CBDCs e está explorando as suas opções. Sobre esse último ponto, é válido lembrar que apesar da China ter

¹² No original: 中国人民□ □ ; Em pinyin: Zhōngguó Rénmín Yínháng.

¹³ "Uma *stablecoin* é uma moeda digital atrelada a um ativo de reserva "estável", como o dólar americano ou o ouro. As *stablecoins* são projetadas para reduzir a volatilidade em relação às criptomoedas não atreladas, como o Bitcoin." (COINBASE, s/a, sp/p).

sido o primeiro país a lançar oficialmente uma Central Bank Digital Currency, várias economias importantes têm testado ou analisaram a criação de suas próprias moedas digitais.

O e-Renminbi está em fases de testes, através do recém-lançado aplicativo para iOS e Android, disponível em 23 cidades chinesas, o que permitirá o uso do Yuan digital, a partir da inscrição através de diversos bancos comerciais. O WeChat também anunciou que iria adicionar o e-Renminbi como opção de meio de pagamento na sua plataforma, o que introduziria a moeda a mais de 1 bilhão de usuários do *super app* no país. O vice-presidente do PBOC anunciou, em setembro de 2019, que o programa seria expandido e que “[...] esperava que todas as instituições participantes e regiões-piloto continuassem a se esforçar para promover a inovação dos cenários de aplicação do yuan digital, melhorar o ecossistema do yuan digital e ajudar a desenvolver a moeda digital legal.” (Huld, 2022, s/p).

Usuários em 23 cidades da China, incluindo Xangai, Pequim e Shenzhen, agora podem pagar por produtos e serviços com o e-CNY. O e-CNY também será gradualmente expandido para abranger todas as províncias de Guangdong, Hebei, Sichuan e Jiangsu [...] O registro é possível por meio de sete bancos comerciais tradicionais e dois bancos on-line, todos chineses (Huld, 2022, s/p).

De acordo com o People’s Bank of China, esse sistema “reforça a estabilidade financeira interna, reduz custos transacionais, aprimora a eficiência da política monetária, combate atividades ilícitas, simplifica pagamentos internacionais, dentre outros” (Boaventura et al, 2023, p.11). De acordo com Caudevilla e Kim (2022), o lançamento do Yuan digital dá início a uma “nova era” nos pagamentos, isso porque, para além do yuan digital no uso interno, o país também têm promovido o uso internacional da moeda, “assinando um acordo de Parceria Econômica Econômica Regional Abrangente (RCEP), formando uma joint venture entre o PBOC e o SWIFT¹⁴ e testando o e-CNY em Hong Kong.”¹⁵ (Caudevilla;Kim, 2022, p.3).

4 Considerações Finais

O sistema digital chinês de pagamentos inaugurou a liderança do país em um processo chamado de “*China’s digital payment revolution*”. Sabemos que há um mérito interno na utilização do e-Renminbi, como alternativa às criptomoedas e ao monopólio bancário da compensação de transações. Mas para além da importância do uso da moeda digital em

¹⁴ O sistema internacional SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*) é o responsável pela troca de informações bancárias e transferências financeiras entre as instituições, e é utilizado por mais de 11 mil instituições financeiras.

¹⁵ No original: “[...] by signing a Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) agreement, forming a joint venture between People’s Bank of China (PBOC) and the Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT), and testing e-CNY in Hong Kong”.

território chinês - abordada na subseção 1.2 -, a emissão de uma CBDC impacta na organização do Sistema Monetário-Financeiro Internacional.

Nesse sentido, o Yuan digital pode vir a “[...] ocupar espaços que o dólar ainda não ocupa e confere a ela, sendo a única moeda estatal no formato digital até o momento, uma vantagem conceitual em relação às diversas moedas privadas digitais.” (Peruffo et al, 2022, p.3). A ampliação do uso do CBDC chinês no comércio e nas transações financeiras internacionais pode - e deve - gerar uma certa competição com o dólar americano, contestando o espaço dominado pela moeda americana, mesmo que não tenha força para fazê-lo em todas as suas esferas. A utilização generalizada do e-Renminbi cumpriria, então, objetivos geopolíticos.

Em suma, o e-Renminbi, sendo uma *Central Bank Digital Currency*, é apenas um formato da moeda chinesa formal. Em outras palavras, depende do poder do Estado enquanto emissor para atingir seus objetivos econômicos e políticos. A emissão do e-CNY não transforma o conteúdo da moeda já existente, mas como instrumento de inovação tecnológica, pode facilitar as transações financeiras internas, promovendo um uso ampliado do Yuan e cumprindo com objetivos geopolíticos da autoridade central chinesa. Esses dois resultados do processo de emissão de uma CBDC refletem a crescente importância da China na economia global. Por fim, parece ser uma investida, ainda tímida, de contestação do espaço privilegiado do dólar.

Discussões acerca da capacidade de exercício dessa contestação precisam ser feitas levando em consideração todo o processo de internacionalização da moeda chinesa, bem como suas políticas macroeconômicas e as motivações políticas do Estado chinês, o que foge ao escopo do artigo. O que é viável de ser observado é o caráter inovador da emissão da moeda digital e seus possíveis impactos para o comércio/varejo interno na China.

Referências

AGLIETTA, M. *Money: 5,000 years of debt and power*. New York: Verso, 2018.

AGLIETTA, Michel. Bai, Guo (2017). *China's 13th Five - Year Plan: In Pursuit of a "Moderately Prosperous Society"*. Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII) Policy Brief No. 12.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). BIS Papers No 123. *CBDCs in emerging market economies*. Monetary and Economic Department, April 2022. Disponível em: https://www.bis.org/publ/bppdf/bispap123_e.pdf. Acesso em 17 de julho de 2023.

BOAVENTURA, Alba; NOGUEIRA, Isabela; DE CONTI, Bruno. A moeda digital chinesa: um confronto com o poder estrutural do dólar? *Rev. Conj. Aust.*, v.14, n. 65, jan./mar. 2023, p.7-20. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/127669>. Acesso em: 21 de setembro 2023.

BURLAMAQUI, Leonardo; KATTEL, Rainer. *Development Theory: Convergence, Catch-up or Leapfrogging and Finance?* Anais do XLII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 42nd Brazilian Economics Meeting] from ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i6-34c146bd1f0ffddd06e7c83f1568f0b2.pdf. Acesso em: 21 de setembro 2023.

BURLAMAQUI, Leonardo. *Schumpeter, the Entrepreneurial State and China*. UCL Institute for Innovation and Public Purpose. Working Paper Series (IIPP WP 2020-15), 2020. Disponível em: Available at: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/wp2020-15>. Acesso em: 21 de setembro 2023.

CARSTENS, A. *The future of money and the payment system: what role for central banks?* Basel: Bank of International Settlements, 2019.

CARVALHO, Carlos Eduardo; PIRES, Desirée; ARTIOLI, Marcelo; DE OLIVEIRA, Giuliano. Cryptocurrencies: technology, initiatives of banks and central banks, and regulatory challenges. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 2 (72), maio-julho 2021. p. 467-496. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/NFnZwKXNRvcvz8g65qFzWKG/?format=pdf>. Acesso em: 21 de Set.2023.

CAUDEVILLA, Oriol; KIM, Henry M. *The Digital Yuan and Cross-Border Payments: China's Rollout of Its Central Bank Digital Currency* (August 2022). University of Hong Kong Faculty of Law Research Paper No. 2023/30. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4371414>. Acesso em: 21 de Set.2023

CHINA DAILY. **Report: 85% of users paid by scanning QR codes in 2020**. Disponível em: <https://global.chinadaily.com.cn/a/202102/02/WS6018c23ea31024ad0baa6b4c.html>.

COINBASE. *What is a Stablecoin?* Disponível em: <https://www.coinbase.com/learn/crypto-basics/what-is-a-stablecoin>. Acesso em 25 de julho de 2023.

COHEN, Benjamin. *Currency Statecraft: Monetary Rivalry and Geopolitical Ambition*. London: University of Chicago Press, 2018.

FRITZ, B.; PAULA, L. F.; PRATES, D. M. Global currency hierarchy and national policy space: A framework for peripheral economies. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 15, n. 2, 2018, p. 208-218. Disponível em: <https://www.lai.fu-berlin.de/homepages/fritz/publikationen/global-currency-hierarchy-and-national-policy-space.pdf>. Acesso em: 21 de Set. 2023.

GILPIN, Robert. *The political economy of the international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

HULD, Arendse. *China Launches Digital Yuan App – All You Need to Know*. China Briefing. September 22, 2022. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/china-launches-digital-yuan-app-what-you-need-to-know/>. Acesso em 25 de julho de 2023.

KEYNES, J. Maynard. *A treatise on Money*. Edimburgo: R&R Clark Limited, 1935.

KNAPP, Georg F. *The State Theory of Money*. Londres: Macmillan & Company Limited, 1924.

KLEIN, Aaron. *China's Digital Payment Revolution*. Brookings, 2021. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-digital-payments-revolution/>.

MARRA, Ingrid. *Criptomoedas e a centralidade estatal no sistema monetário internacional: um estudo comparativo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

MARTIN, Felix. *Dinheiro: Uma biografia não autorizada*. Portfolio-Penguin, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. *OIKOS*, v. 20, n. 1, 2021, p. 6-16. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52047>. Acesso em: 21 de Set.2023

PEOPLE'S BANK OF CHINA. *Working Group on E-CNY Research and Development Development of the People's Bank of China*, 2021.

PERUFFO, Luiza; CUNHA, André; HAINES, Andrés. A moeda digital chinesa e o futuro do sistema monetário e financeiro internacional. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 26, n. 2022, p. 1-25, e222611. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/HjSdZdrfcGs5YS5NptpQKrB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 de Set.2023

PRATES, D. Beyond modern money theory: A post-Keynesian approach to the currency hierarchy, monetary sovereignty, and policy space. *Review of Keynesian Economics*, v. 8, n. 4, 2020, p. 494-511. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/elg/rokejn/v8y2020i4p494-511.html>. Acesso em: 21 de Set.2023

KINDLEBERGER, Charles. *The world in depression, 1929-39*. Berkeley: University of California Press, 1973

WEBER, Isabella. *How China Escaped Shock Therapy: The market reform debate*. New York: Routledge Studies on Chinese Economy, 2021.

YERMACK, D. *Is bitcoin a real currency? An economic appraisal*. Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 2014. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w19747..>

XINHUA NEWS AGENCY. *China leads race to become world's top cashless society, says British expert*. Belt and Road Portal. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/038BI18K.html>.

Recebido em 31 de julho de 2023.

Aceito para publicação em 15 de setembro de 2023.



**Isabela Colombini
Soares**

Graduada em Relações
Internacionais e em
Ciências Econômicas
pela Pontifícia
Universidade Católica
de Campinas (PUC-
Campinas).

**DEBATES E TENSÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DA DISSUAÇÃO
NUCLEAR E O FUTURO DO REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO**
DEBATES AND TENSIONS ON THE CONTINUITY OF NUCLEAR
DISSUASION AND THE FUTURE OF NON-PROLIFERATION
REGIME

RESUMO: Um dos temas mais discutidos nas Relações Internacionais é a segurança. O marco da mudança na temática foi em 1945, com o surgimento das armas nucleares e o início da Guerra Fria. Com a presença de armamentos – que poderiam acabar com o mundo –, a comunidade internacional se organizou para estabelecer parâmetros globais por meio de acordos e convenções. Tendo em vista tal cenário, este artigo apresenta o estado da arte do regime de não proliferação. Tem-se como questionamento se a dinâmica atual fortalece o regime de não proliferação nuclear, e se, em face dos desafios atuais, o regime consegue se manter ou se existem indicativos de abandono. Dessa maneira, foram utilizados, principalmente, livros e teses do marco neorrealista da Teoria das Relações Internacionais, a fim de responder a indagação. A estrutura deste artigo é dividida em seções: as novas guerras, dissuasão nuclear e práticas contraditórias, militarização dos países e o futuro do regime. Conclui-se que o regime de não proliferação nuclear precisa ser reestruturado, a fim de ser condizente com a dinâmica global atual. O maior desafio encontrado é o temor de que esse regime se concentre apenas nas potências ocidentais e não seja capaz de englobar a todos.

Palavras-chave: Segurança internacional; Regime de não proliferação nuclear; Armas nucleares; Instituições internacionais.

ABSTRACT: One of the most discussed topics in International Relations is security. The pivotal point in the change of the theme was 1945, with the emergence of nuclear weapons and the onset of the Cold War. Faced with the presence of weapons that could end the world, the international community organized itself to establish global parameters through agreements and conventions. Due to this scenario, the article presents the state of the art of the non-proliferation regime. There is a question about whether the current dynamics strengthen the nuclear non-proliferation regime, and in the face of current challenges, whether the regime can sustain itself or if there are indications of its abandonment. In this way, mainly theses from the neorealist framework of the Theory of International Relations were used to answer the question. The structure of the article is divided into sections: new wars, nuclear deterrence and contradictory practices, militarization of countries, and the future of the regime. It is concluded that the nuclear non-proliferation regime needs to be restructured to be consistent with the current global dynamics. The greatest challenge encountered is the fear that this regime may focus solely on Western powers and not be able to encompass every nation.

Keywords: International security; Nuclear non-proliferation regime; Nuclear weapons; International institutions.

1 Introdução

A proliferação de armas nucleares por Estados ou atores não estatais é uma das maiores ameaças à segurança internacional. Como esse é um problema global, exige uma resposta multilateral. Atualmente, nove Estados detêm armas nucleares, são eles: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel; outros trinta, segundo o *International Institutions and Global Governance Program* (2012), possuem tecnologia suficiente para rapidamente adquirir as armas.

Desde que as armas nucleares passaram a fazer parte da realidade global, mudanças significativas ocorreram, e o cenário internacional atualmente apresenta novos desafios que se adicionam àqueles decorrentes da proliferação nuclear. As grandes violações aos direitos humanos, o aumento da militarização dos países, o crescimento de governos populistas, a existência de nacionalismos exacerbados, dentre outros fatores reanimam tensões interestatais e intranacionais, inclusive com o envolvimento de países nuclearmente armados, e tornam incerto o futuro do regime de não proliferação.

Esse sistema tem encontrado mais obstáculos à medida que ele se torna mais sofisticado. É evidente que muitos Estados, ao invés de reforçarem o controle de armas e o sistema de não proliferação, têm adotado a prática de enfatizar a ação militar preventiva e a busca por novas capacidades nucleares para dissuadir inimigos que buscam armas de destruição em massa. Essa atitude prejudica o regime em questão e acaba fornecendo uma falsa impressão de segurança. Nesse sentido, a diplomacia multilateral fica em segundo plano, e os esforços de desarmamento permanecem apenas no papel.

Assim, embora o Tratado de Banimento de Armas Nucleares (TBAN) tenha sido recentemente ratificado por meia centena de países, o movimento é insuficiente para atingir as potências nucleares e incapaz de modificar as dinâmicas dissuasórias existentes. Portanto, prova de que tais Estados têm incrementado sua segurança nuclear é a instrumentalização dos avanços em inteligência artificial para esse setor. Novos computadores podem alterar as regras básicas da dissuasão, uma vez que podem afetar a capacidade de retaliação assegurada e aumentar percepções de existência de ameaças iminentes.

Os obstáculos mencionados são observados à luz de três elementos transversais da segurança internacional que afetam diretamente as tendências do regime de não proliferação nuclear e que serão abordados a seguir: as novas guerras, o recurso das grandes potências à dissuasão e o aumento da militarização no mundo.

2 As novas guerras

Segundo Mary Kaldor (2012), nas décadas finais do século XX, foi criada uma forma de violência organizada – decorrente da globalização – que ficou conhecida pelo fenômeno de “novas guerras”. Nesse viés, entende-se que as novas guerras têm diferenças das do passado, as quais eram normalmente derivadas da conflituosidade de um Estado contra outro. Ademais são distintas em relação ao crime organizado, já que a motivação é diferente e as violações dos direitos humanos ocorrem em larga escala.

O tipo “antigo” de guerras é considerado uma interação social, que envolve os homens pelo uso da violência física. Kaldor (*idem*) afirma que houve evolução das guerras antigas desde o século XVII até o século XXI. Em geral, houve mudanças no tipo de força militar, nas estratégias e técnicas, assim como nos meios de fazer guerra. Mas, apesar das diferenças, o fenômeno era o mesmo: a construção de um Estado moderno, centralizado, hierárquico e territorial (*idem*). Uma definição de guerra apresentada por Bull é “guerra é a violência organizada e praticada por unidades políticas umas contra as outras. A violência não é guerra, a menos que seja praticada em nome de uma unidade política” (Bull, 2002, p. 178, *tradução nossa*)¹.

Outro caráter importante é o processo do monopólio da violência e o papel do soldado. Antes, o soldado ou policial era o agente que tinha a legitimidade de combate, chamado por Max Weber (1981) de autoridade legal racional, o qual era controlado pelo Estado, sendo assim, o indivíduo agindo em nome do Estado possuía o monopólio legítimo da coerção física em prol da manutenção da ordem. Dessa forma o Estado detém todo o poder e é amparado pelo racionalismo e leis estatutárias.

De maneira diferente, os novos tipos de guerra ocorrem, em geral, para reivindicar o poder para bases tradicionais, como a nação, a tribo ou a religião. O fenômeno das novas guerras está ligado ao processo de globalização. Segundo Kaldor (2012), houve a quebra de cultura vertical e o aumento da cultura horizontal, baseada em culturas emergentes. Isso significa que a globalização envolve o complexo processo em que estão envolvidos os globalizados e os localizados, onde ocorre a integração ou a fragmentação, a homogeneização ou a diferenciação. Enquanto alguns estão sendo incluídos no processo transnacional, outros, mesmo que excluídos do fenômeno, sentem as profundas mudanças.

¹ Texto original em inglês: é “war is organised violence carried on by political units against each other. Violence is not war unless it is carried out in the name of a political unit” (BULL, 2002, p. 178).

Nesse cenário, o Estado que exercia o monopólio da força vê sua erosão. Não se trata mais de guerras aceitáveis que faziam parte da vida política; são conflitos que possuem larga escala em violação aos direitos humanos e não estão descritos nas leis internacionais de guerra. Há o enfraquecimento das estruturas estatais e o surgimento de atores não estatais – sendo que alguns desses contestam a ordem existente. É um novo tipo de violência organizada, diferentemente das guerras tradicionais, a violência contra a sociedade civil é palco e alvo dos atores.

A tese de Mary Kaldor foi usada para exemplificar o aumento de ameaças no mundo contemporâneo. Atualmente as preocupações de guerra e conflitos envolvem mais atores do que somente os Estados soberanos, envolvem atores não estatais que podem contestar o *status quo*. Em relação às armas nucleares, existe o medo de que alguns desses agentes possam fazer seu uso, principalmente, porque – como apontado por Kaldor – haverá o aumento da barbárie, além de grandes violações aos direitos humanos, caso essas armas sejam usadas (2012).

Segundo Hoffman (2006), a partir dos anos 1980, alguns governos adotaram o terrorismo como um instrumento de política externa, por meio do seu patrocínio, uma vez que é uma ferramenta com baixos custos e, se realizado com sucesso, o perpetrador permanece anônimo, sem haver a possibilidade de ameaças internacionais, represálias ou punição. Essa relação para o grupo terrorista é ainda melhor, devido à maior liberdade e à capacidade de atuação, já que o Estado oferece o aparato militar, o diplomático e a inteligência.

Enquanto o terrorismo tradicional tinha o objetivo de chamar a atenção e obter publicidade para uma determinada causa, mirando lugares mais simbólicos que representavam a fonte da hostilidade do grupo, não havia o receio de que um ataque em massa ocorresse, e tampouco o nuclear. No entanto, hoje, e principalmente após o atentado ocorrido em 11 de setembro, as preocupações de um ataque terrorista em massa a partir de armas nucleares aumentaram. A violência empregada pela nova geração desses atores é mais letal; a organização se dispersou, sua estrutura é opaca, logo, seus objetivos não são bem definidos.

Durante um encontro de líderes em 2016, o ex-presidente estadunidense, Barack Obama, apresentou seus receios sobre o terrorismo nuclear. Ele afirmou que não há dúvidas de que se as armas ou bombas nucleares caírem nas mãos erradas, serão usadas para matar o maior número de pessoas possível, e a única maneira de evitar esse cenário é manter a segurança das armas para que nunca estejam na posse de pessoas erradas (Smith, 2016). Esta é uma das maiores ameaças à segurança global, principalmente porque os atores clandestinos não possuem

compromissos com valores universais e restrições impostas por Estados a fim de conter violações maciças aos direitos humanos.

A possível construção de armamento nuclear por parte dos grupos terroristas é discutível, já que depende de conhecimento tecnológico e de alto capital. Ou seja, é improvável que um grupo terrorista consiga fabricar uma arma perfeita, porém, é possível sua fabricação de forma “suja”, que possui instabilidade e representa grande perigo. Segundo Frank Barnaby (2005), uma arma nuclear suja é uma arma radiológica simples e primitiva, que se constitui em um expositivo com alta quantidade de material radioativo.

Bunn e Wier (2004) acreditam que o maior risco seja que grupos terroristas tenham acesso à tecnologia por meio de roubo de materiais. Conforme o banco de dados da Agência Internacional de Energia Atômica, há incidentes de tráfico de urânio enriquecido ou de plutônio. Os casos são crescentes, mas os Estados não estão dispostos a confirmar, principalmente porque isso revelaria fraquezas na proteção desses materiais.

Outro aspecto acerca do terrorismo nuclear é a possibilidade do roubo da arma já completa. O maior problema é em relação às armas antigas, já que as novas possuem “links de ação permissivos”, e os que não têm acesso não conseguirão dispará-las. De qualquer maneira, os terroristas que conseguirem roubar uma arma ou sua tecnologia estarão em posição de fazer grandes ameaças, porque ninguém terá certeza se eles poderão detoná-las ou não. Ainda segundo Bunn e Wier (2004, p.157), o ponto principal é que, se os terroristas tiverem acesso às armas, haverá poucas razões para acreditar que eles não fariam seu uso.

Em conclusão, a atual dinâmica do sistema internacional merece atenção, uma vez que os novos atores presentes questionam a legitimidade das estruturas tradicionais, e esses atores não estão envolvidos no regime de não proliferação nuclear.

3 A dissuasão nuclear e práticas contraditórias

O poder dissuasório dos armamentos nucleares constitui-se na capacidade de impedir alguém de fazer algo pelo receio ou ameaça do uso de armas nucleares. Waltz (1981), em sua tese “*More may be better*”, assume que a dissuasão nuclear é essencial para os Estados, uma vez que elas reduzem os erros de cálculo (*idem*). Portanto, a probabilidade de guerra diminui à medida que a dissuasão e a defesa de uma nação aumentam. Segundo Waltz, ao observar o comportamento dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), percebe-se que só se usa a dissuasão em interesses vitais, e que os países conseguem se comunicar melhor entre si mesmos (*idem*)

O autor neorrealista assume que a dissuasão relativa à arma nuclear apresenta facilmente uma conclusão errônea de que as estratégias de dissuasão, se forem necessárias, produzirão uma catástrofe, com capacidade de aniquilação. Todavia, como os países sabem dos custos, o objetivo principal se torna o controle da força, em tempos de guerra e em tempos de paz. Em resumo, o pensamento de Waltz enfatiza que a dissuasão promete ser menos danosa do que estratégias de guerra tradicional:

Por diversas razões, portanto, as estratégias de dissuasão prometem menos danos do que as estratégias de combate. Primeiro, as estratégias dissuasivas induzem à cautela em todos os aspectos e, assim, reduzem a incidência da guerra. Em segundo lugar, as guerras travadas face a armas nucleares estratégicas, devem ser cuidadosamente limitadas porque um país que as possua pode retaliar se os seus interesses vitais forem ameaçados. Terceiro, a punição futura só precisa de ser proporcional aos ganhos esperados do adversário na guerra, depois de esses ganhos serem descontados das muitas incertezas da guerra. Quarto, se a dissuasão falhar, algumas ogivas entregues criteriosamente provavelmente produzirão sobriedade nos líderes de todos os países envolvidos e, assim, provocarão uma rápida atenuação (WALTZ, 1981, p 21, *tradução nossa*)².

Em contrapartida, Jesus (2013) afirma que a dissuasão possui limitações e problemas. Segundo o autor, o conceito de capacidade dissuasiva parece operar somente em atores racionais se este só é plausível se os adversários demonstrarem intenção de usar armas nucleares. Entende-se, pois, que “a confiança na dissuasão pode levar à proliferação nuclear e às corridas armamentistas, e a dissuasão pode criar instabilidade e situações perigosas por conta de erros de cálculo, problemas de comunicação e acidentes técnicos” (*idem*, p. 83). Além disso, a dissuasão é dispendiosa, por requerer modernização contínua, assim como o desenvolvimento e a produção de novas armas (Gärtner, 2012).

Teóricos afirmam que a dissuasão nuclear é um processo que provoca instabilidade no sistema internacional, o qual gera o risco de uma guerra por “inadvertência” ou de forma “impremeditada” (Kahn, 1960), em decorrência de um possível acidente ou do emprego do artefato por alguém que não tenha a autoridade para fazê-lo. Portanto, o foco excessivo somente nos armamentos e a desconsideração dos demais componentes da capacidade bélica nuclear “produzem entendimentos ingênuos da dissuasão nuclear e da ideia de estabilidade nuclear que

² Texto original em inglês: For several reasons, then, deterrent strategies promise less damage than war-fighting strategies. First, deterrent strategies induce caution all around and thus reduce the incidence of war. Second, wars fought in the face of strategic nuclear weapons must be carefully limited because a country having them may retaliate if its vital interests are threatened. Third, prospective punishment need only be proportionate to an adversary's expected gains in war after those gains are discounted for the many uncertainties of war. Fourth, should deterrence fail, a few judiciously delivered warheads are likely to produce sobriety in the leaders of all of the countries involved and thus bring rapid de-escalation (Waltz, 1981, p 21).

tal dissuasão produziria, com consequências políticas muito perigosas notadamente no que se refere à proliferação e não proliferação de armamentos nucleares” (Diniz, 2016, p. 11-12) além de desafios ao controle de armamentos e ao desarmamento.

Segundo Peter Rudolf (2018), do *German Institute for International and Security Affairs*, existe a discussão de que a “paz nuclear” é apenas uma hipótese especulativa. O autor aponta como certo que “a relação de dissuasão nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética não era de forma alguma tão estável como a tese de ‘longa paz’ transmite” (Rudolf, 2018, p. 24, *tradução nossa*)³. Essencialmente, isso acontece porque pode haver erros tanto das máquinas, quanto no julgamento da capacidade e das intenções do outro, o que, potencialmente, pode gerar uma situação muito perigosa.

É assumido que a estabilidade da dissuasão não pode ser dada como certa (*idem*), uma vez que, devido ao desenvolvimento tecnológico, a estabilidade estratégica pode se tornar mais precária que a da época da Guerra Fria. O autor afirma, ainda, que o desenvolvimento cibernético e de armas autônomas criam risco de uma crise, crescentemente vulnerável, por erros de computadores e sistemas automatizados. Isso significa que o comando de controle automático de um computador pode ser frágil e interpretar a realidade de maneira perigosa. A conclusão de seu pensamento é que a dissuasão nuclear é uma construção em que as suposições desempenham um papel fundamental, logo, falta base empírica em seu estudo.

Outros países, além dos Estados Unidos e da Rússia, também consideram a dissuasão nuclear como central para sua segurança. Um desses casos é a França. O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que a dissuasão é um pilar da segurança e da garantia dos interesses vitais do país (Macron, 2017 *apud* Parly, 2020). A dissuasão representa um último instrumento de barganha na política internacional. Para a Ministra das Forças Armadas Francesa, Florence Parly, a escolha da defesa pela capacidade nuclear ou pela dissuasão representa uma luta pela liberdade a fim de manter a soberania do seu país. Há o entendimento de que, com a Guerra Fria, foi acrescentada uma prioridade ao país: a posse de armas nucleares garante a estabilidade e a paz. No documento *France and Nuclear Deterrence A Spirit of Resistance*, Parly afirma que, com as nações modernizando suas armas e com países como a Coreia do Norte desenvolvendo o seu próprio programa nuclear, a dissuasão nunca esteve mais importante. E, por isso, ela afirma: “a dissuasão nos permite ser livre” (Parly, 2020, p.6, *tradução nossa*)⁴.

³ Texto original em inglês: “the nuclear deterrent relationship between the United States and the Soviet Union was by no means as stable as the thesis of the “long peace” conveys” (Rudolf, 2018, p. 24).

⁴ Texto original em inglês: “Deterrence allows us to be free” (Parly, 2020, p. 6).

O atual governo do Reino Unido aparenta ter posicionamento similar ao da França. De acordo com o governo britânico, é afirmado que estão comprometidos a possuir um mínimo de poder destrutivo, a fim de conter qualquer agressor (Gov UK, 2018). O país ressalta que tem consciência dos danos que as armas nucleares podem trazer para a humanidade e, por isso, indica que demonstrou esforços para o desarmamento. Ainda assim, o governo britânico assume que o sistema de dissuasão nuclear existe para deter as ameaças mais extremas à segurança nacional do país, processo que não pode ser feito por outros meios.

Em janeiro de 2022, os líderes dos países que são membros permanentes do Conselho de Segurança anunciaram que “uma guerra nuclear não pode ser vencida e não deve nunca ser travada” (White House, 2022, tradução nossa)⁵. Nesse anúncio, ainda foi afirmado que tais armas somente devem ser usadas para propósitos de defesa, para deter agressão e prevenir guerras, além de afirmarem que a expansão dessas armas deve ser prevenida. E, por fim, afirmam que o objetivo final é um mundo sem armas nucleares (*idem*).

Em suma, entende-se que os estados nuclearmente armados veem grandes vantagens na dissuasão nuclear, pois esse instrumento ainda é considerado um pilar para sua segurança nacional e confiam no sistema e dissuasão através da paz nuclear. Mesmo que haja críticas em relação à moralidade dessa prática, uma vez que a dissuasão se baseia em uma hipótese – principalmente na racionalidade –, nem sempre as relações entre Estados são feitas apenas pela racionalidade; é necessário considerar outros fatores.

4 Militarização dos países

Pesquisas recentes apontam um aumento na militarização dos países. Existe uma diferença entre militarismo e militarização. O militarismo, segundo Kraska (2007), é uma ideologia focada no melhor meio de resolver problemas, constituindo uma série de crenças, valores e premissas de que o uso da força e a ameaça da violência são a maneira mais apropriada de resolução de problemas. Já a militarização é a implementação dessa ideologia, é o processo de armar, organizar, planejar, treinar e ameaçar e, por vezes, até implementar um conflito violento. Os indicadores da militarização envolvem o material: armas, equipamentos, tecnologia avançada; a cultura: linguagem, estilo, crenças e valores; o organizacional: que são arranjos como comandos e controle, esquadrões e operações militares; e o operacional: os padrões de atividades modeladas pelas áreas militares e de inteligência (*idem*)

⁵ Texto original em inglês “*a nuclear war cannot be won and must never be fought*” (White House, 2022).

Dada essa explicação, percebe-se que a militarização ocorre no mundo há anos. A opção pelo aumento ou não da militarização está na percepção de cada país, os quais decidem a possibilidade de ir à guerra, fato que, em geral, depende dos custos. Se o custo de uma guerra for muito alto e não valer a pena lutar, a paz prevalece. Por outro lado, se os custos forem baixos, são levados em consideração as perdas esperadas e o custo dos armamentos, o que pode possibilitar a opção de guerra. O terceiro cenário envolve o equilíbrio de armamento entre os oponentes, o que gera as duas probabilidades: a guerra ou a paz. Outro caráter a se considerar é o nível de militarização estratégica e as escolhas da guerra, que são afetadas pelas oportunidades.

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), instituição independente que estuda a segurança global, possui uma base de dados sobre gastos militares desde 1988 até 2022, a qual é atualizada anualmente. O gráfico abaixo representa os gastos militares por região por bilhões de dólares. A base está mais completa a partir de 1988 – os anos anteriores não possuem tanta informação, devido à falta de transparência da União Soviética –, a partir de 2015 até 2019, na região do Oriente Médio, os dados pararam de ser contabilizados, em 1991, devido à dissolução da URSS.

Gráfico 1. Despesas Militares por Região em Dólares Americanos

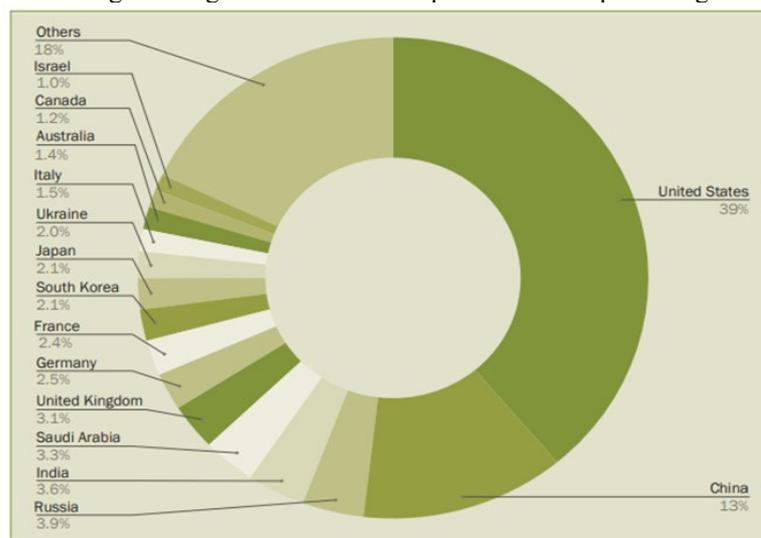


FONTE: SIPRI. Military Expenditure Database. Apr, 2023, p. 1.

Ao analisar o gráfico, percebe-se que vem ocorrendo o aumento geral de gastos com defesa militar. Esse aumento no total global ocorre desde 2015, sendo influenciado majoritariamente pelo comportamento da China e dos Estados Unidos. Os cinco países que mais gastam com esse quesito, segundo o SIPRI, são, respectivamente, os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Índia e a Arábia Saudita, que juntos representam 63% do gasto mundial.

No entanto, o crescimento de 2022 se deu devido à invasão da Rússia na Ucrânia. O continente europeu aumentou seu gasto militar em 13% durante o ano, de acordo com o SIPRI em um relatório recente – *Trends In World Military Expenditure, 2022*. Isso significa o maior aumento desde o pós-Guerra Fria. Ademais, os gastos do continente africano e da Oceania também contribuíram para o crescimento.

Gráfico 2. Porcentagem dos gastos militares dos quinze Estados que mais gastaram em 2019



FONTE: SIPRI. Trends in World Military Expenditure. Apr, 2022, p. 3.

O gráfico acima mostra os quinze países que mais gastaram, de acordo com a instituição. Estes representam 82% do gasto mundial. Os Estados Unidos foram o país que mais teve gastos, com um total de 877 bilhões de dólares em 2022. A China, em segundo lugar, alocou 264 bilhões de dólares em gastos militares, conforme o relatório da SIPRI. Tal gasto se deve à lógica de promoção de tecnologia emergente no campo militar e na indústria de base.

Em terceiro lugar, está a Rússia, que aumentou seu gasto em 9,2% em 2022, cerca de 86,4 bilhões. A quantia alocada para defesa nacional subiu de 50 bilhões para 67 bilhões, o que significa 34% de crescimento e demonstra o aumento do custo da invasão na Ucrânia (SIPRI, 2022, p. 4). Em quarto lugar, está a Índia, com gastos militares em torno de 81,4 bilhões de dólares. Essa quantia demonstra as crescentes preocupações do país com suas fronteiras com a China e o Paquistão (p. 5). Por fim, em quinto lugar, está a Arábia Saudita, com uma quantia de 75 bilhões de dólares. A razão de tal gasto é devido à sua liderança da coalizão de países desde 2015 e que continuou ao longo de 2022, apoiada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, com o intuito de levar de volta o governo do Iêmen – região controlada pelos houthis – ao país.

A fim de aprofundar os dados e as análises acima, serão utilizadas notícias jornalísticas em relação às tensões entre os países que mais estão se armando. Em primeiro lugar, destaca-se o conflito entre os Estados Unidos e a China. As tensões entre os países se referem ao comércio, à tecnologia, à mídia, à diplomacia e vem crescendo no controle do mar do Sul da China. Há quem acredite que a guerra seja improvável, pelo fato de a balança de poder entre os países estar rígida; outros acreditam que os países não conseguem fugir da “Armadilha de Tucídides”⁶.

Segundo o economista e escritor do *Asian Times*, David P. Goldman (2020), uma guerra entre os dois países não vai ocorrer. Ele afirma que a estratégia de Beijing é investir fortemente em armas de defesa, fazendo com que os Estados Unidos não tenham a opção de atacar. O professor e pesquisador, Graham Allison (2015), segue a mesma linha. Ele afirma que, por mais que a emergência do país asiático seja desafiadora, os tomadores de decisão de Washington devem ter aprendido cinco lições da Guerra Fria. A primeira sobre entrar numa guerra em que as duas potências possuem armas nucleares e que asseguram a destruição mútua; a segunda é que os líderes precisam estar preparados para o risco que é uma guerra a qual eles não podem ganhar; o terceiro, chamado de regras precárias do *status quo*, é que a relação entre os países inclui ordenamentos e normas, o que limita a vontade somente deles, sendo preciso considerar outros fatores, pois para o *status* continuar funcionando, é necessário precaução, comunicação, compromisso e cooperação; a quarta é que o desempenho doméstico é tão decisivo quanto o internacional; e por fim, a esperança não é uma estratégia, enquanto na Guerra Fria o plano dos Estados Unidos era deter a expansão da URSS, hoje, a estratégia é a esperança, segundo o autor.

Por outro lado, um dos principais atores da escola do neorealismo ofensivo, John Mearsheimer afirma que a guerra é inevitável. Em uma entrevista para o *The Asahi Shimbun*, o acadêmico afirmou que o que mais importa na relação entre os países é a balança de poder. Para ele, essa nova Guerra Fria existe desde os anos 2000, quando a China começou a emergir, e hoje existe o medo de que este país seja um *hegemon* regional na Ásia. Além de afirmar que a guerra é inevitável, Mearsheimer sugere que há uma séria possibilidade de as armas nucleares serem usadas,

é possível pensar em termos de uma “guerra nuclear limitada”, com o uso nuclear limitado [...] Então, me preocupo bastante que não apenas tenhamos uma guerra entre

⁶ Definido por Graham Allison, a partir da ideia do historiador Tucídides, que afirma que na emergência de uma potência ameaçando o *hegemon* do sistema, não existe outra opção senão a guerra.

os Estados Unidos e a China, mas também que haja uma séria possibilidade de que armas nucleares sejam usadas (MEARSHEIMER, 2020, tradução nossa)⁷.

Mais um fator importante nesse cenário é a invasão da Rússia na Ucrânia. A tensão entre os dois Estados ocorre há anos. A Ucrânia era uma das 15 nações que compunham a URSS e, em 1991, com sua queda, a Ucrânia passa a ser uma nação independente que estabelece laços próximos com as potências ocidentais.

De acordo com John Mearsheimer, acadêmico já citado anteriormente, em entrevista ao *The New Yorker*, a tensão aumentou em 2008, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) afirmou que a Ucrânia e a Geórgia iriam fazer parte do grupo. Isso foi visto pelos russos como uma ameaça vital e que se não houvesse essa decisão, também não haveria a guerra atual na Ucrânia (2022). O autor afirma que a guerra é o resultado da política das grandes potências, e quando se tem um vizinho que é uma grande potência, é necessário ser cuidadoso, porque ele pode retaliar. Mearsheimer ainda ressalta que os Estados no hemisfério ocidental entendem bem disso, já que têm os Estados Unidos como vizinho.

Em relação ao conflito da Índia e do Paquistão, existe a disputa em diversos aspectos, desde a busca por aumento de poder na região, a elementos étnico-religiosos, políticos, identitários e territoriais – com o foco na Caxemira, Hyderabad e Junagadh –, e (Jornada, 2018). Devido a esse fator de relação conflituosa entre vizinhos, ocorreu a nuclearização dos países para o aumento de suas respectivas seguranças. O conflito da Caxemira é o que causa maior temor na comunidade internacional, uma vez que vem se intensificando e, mesmo antes da independência dos países pela Grã-Bretanha, em 1947, já era uma área de instabilidade.

Dessa forma, como esses dois países não assinaram nem ratificaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), a comunidade internacional demonstra preocupação, já que eles não têm a pretensão de reduzir seus arsenais e não buscam o desarmamento. Jornada (*idem*) ainda afirma que a Índia e o Paquistão têm se engajado numa corrida armamentista nuclear e que vêm frequentemente expandindo seus arsenais (*idem*).

As hostilidades no continente asiático também foram demonstradas pelas disputas entre Armênia e Azerbaijão, em Nagorno-Karabakh. Ambos os países viviam disputas territoriais antes mesmo da criação da União Soviética, em 1922, e posteriormente, os soviéticos incorporaram os dois países durante sua existência. Desde 1990, a situação tinha sido contida,

⁷ Texto original em inglês: “it's possible to think in terms of a "limited nuclear war," with limited nuclear use [...] So, I worry greatly that not only will we have a war between the United States and China, but also that there's a serious possibility nuclear weapons would be used” (Mearsheimer, 2020).

porém, em julho de 2020, o Azerbaijão entrou na guerra novamente e em 2023 retomou parte do território. Mais recentemente, diversos veículos de informação afirmam que o resultado dessa disputa é a limpeza ética de armênios. O ex procurador do Tribunal Penal Internacional, Luis Moreno Ocampo, afirmou que o mundo deve chamar os crimes que estão acontecendo lá pelo seu nome: genocídio (Ocampo, 2023). Por fim, nota-se que os países estão seguindo seus próprios interesses geopolíticos e a dinâmica de autoajuda: explicado por John Herz como

uma noção estrutural na qual a tentativa de autoajuda entre os Estados em cuidar da segurança, tendem, independentemente da intenção, a levar a uma insegurança crescente para os outros, à medida que cada um interpreta as suas próprias medidas como defensivas e as medidas dos outros como potencialmente ameaçadoras (HERZ, 1950, p. 7, *tradução nossa*)⁸.

Dessa maneira, o aumento da militarização preocupa a manutenção do regime de não proliferação de armas nucleares, já que está sendo criado um cenário de corrida armamentista.

5 O futuro do regime

Por mais que o regime tenha sido construído ao longo de anos e se mantido, há alguns questionamentos. Estes derivam da contínua erosão dos arranjos do pós-Guerra Fria, entre a OTAN e a Rússia, da ascensão da China e da incerta participação que os Estados Unidos e a Rússia vêm apresentando no sistema multilateral. Tudo isso influencia a efetiva coordenação entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, da qual depende o regime em questão.

O futuro do regime de controle nuclear também foi questionado em 2018, devido às incertezas acerca do Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermediário (Tratado INF). Este foi ratificado em 1987, entre Estados Unidos e União Soviética, com a finalidade de eliminar e renunciar os mísseis balísticos de curto e médio alcance. Isso foi considerado um marco na relação entre os dois países e também contribuiu para a diminuição da produção e posse das armas nucleares na época. Em 2019, foram feitas acusações de que a Rússia estava violando o acordo, o que foi negado pelo país. Com isso, os Estados Unidos se retiraram formalmente do Tratado, com apoio da OTAN; em seguida, a Rússia também anunciou que suspenderia, oficialmente, suas obrigações com o Tratado.

⁸ Texto original em inglês: como “A structural notion in which the self-help attempts of states to look after their security needs tend, regardless of intention, to lead to rising insecurity for others as each interprets its own measures as defensive and measures of others as potentially threatening” (Herz, 1951, p. 7)

Outro tratado importante suspenso em 2023 é o New Start, o qual foi assinado em 2010. Este tinha o objetivo de ser um controle entre os Estados Unidos e a Rússia, pois limitava o número de ogivas nucleares que os dois países poderiam implantar. Porém, em fevereiro de 2023, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou que foi forçado a anunciar a suspensão da participação do país, uma vez que, de acordo com Putin, os Estados Unidos não estavam cumprindo as suas cláusulas e que tentam minar a segurança nacional da Rússia (Aljazeera, 2023). Além disso, o repórter James Bays, da Aljazeera, afirma que esse anúncio provavelmente foi direcionado aos países da Europa e aos Estados Unidos, devido ao suporte dado à Ucrânia (2023).

Mais um desafio do regime são os desenvolvimentos tecnológicos, como sistemas não tripulados, robótica e capacidades cibernéticas, os quais questionam a aplicabilidade da abordagem tradicional dos tratados de controle de armas nucleares. Segundo Doug Irving (2018), o medo de que computadores – por malícia ou por um erro – possam disparar armas nucleares assombra a imaginação das pessoas desde a Guerra Fria. Isso ocorre, principalmente, porque os computadores desafiam as regras básicas da dissuasão nuclear e podem levar os humanos a tomarem decisões errôneas, ao aumentar a percepção de riscos. Por isso, é importante ressaltar que as instituições e os regimes multilaterais estão sofrendo crise de legitimidade.

Isso ocorre, entre outros motivos, porque o processo de globalização desafiou as autoridades tradicionais – os Estados – e, assim, emergiram novos atores no sistema internacional, fazendo com que houvesse um deslocamento para grupos subnacionais e entidades supranacionais. Além disso, há o questionamento das instituições e do próprio multilateralismo devido às dificuldades das organizações de escopo mundial para solucionar problemas contemporâneos. Como as instituições foram inicialmente criadas para reunir os Estados, a fim de discutirem diversos temas, a presença de novos agentes não estatais passou a questionar o papel das instituições. E, por fim, há o entendimento da política de poder – que sempre esteve presente, por mais que, às vezes, velado – de que os países competem entre eles mesmos e priorizam seus próprios interesses em detrimento do coletivo.

Essa crise vem se mostrando desde os anos 2000 com as mudanças no equilíbrio de poder e no eixo da dinâmica internacional, no sentido das tensões entre Estados Unidos e China. Segundo Scantimburgo, a rivalidade das duas potências em diversos âmbitos impacta o funcionamento do multilateralismo tradicional e proporciona novas possibilidades para o multilateralismo. Além disso, aponta-se que:

emergência de lideranças políticas conservadoras e de um nacionalismo não cooperativo em países que tiveram papel relevante na construção do multilateralismo no pós Segunda Guerra Mundial, colocam desafios adicionais para as perspectivas de governança internacional (Scantimburgo, Morales, Junior, Pires, 2019, p. 3).

Segundo o Relatório da Stanford, *Global Populisms and Their Challenges*, elaborado por Grzymala-Busse, Kuo, Fukuyama e Mcfaul (2020), a ascensão do populismo coloca a democracia em risco. As ameaças acontecem de três maneiras: a primeira é através do enfraquecimento das instituições formais, ao construírem a narrativa de que estas são criações de uma “elite corrupta”, portanto descredibilizadas; ainda, pela redefinição das pessoas, muitas vezes excluindo alguns grupos – imigrantes, grupos econômicos marginalizados, minorias religiosas e etnias vulneráveis –; e, por fim, pela erosão de normas informais da democracia, ao invés de aceitarem a imprensa livre e a oposição política (Grzymala-Busse; Kuo; Fukuyama; Mcfaul, 2020).

Nesse contexto, o *The McGill Tribune* enfatiza a ligação entre o populismo e a ameaça do uso das armas nucleares. Segundo o professor de ciência política, T.V. Paul, o risco de líderes populistas usarem armas nucleares está presente tanto em conflitos regionais como globais. Para Thomas Countryman, antigo Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos para Segurança Internacional e Não Proliferação, o maior risco é o de má comunicação entre os países, o que pode levar a um conflito de menor escala para uma disputa nuclear. Ele ainda afirma que os tratados para a prevenção de proliferação de armas nucleares eram eficazes no passado, mas agora há desafios mais complexos, como o crescimento do nacionalismo e da extrema direita, que fazem parecer que controle de armas é inapropriado para um líder forte (Countryman, *apud* Russell, 2019, sp.).

Além do populismo, o desafio das armas nucleares é o problema com a transparência, principalmente em países como a Rússia, a China, a Coreia do Norte e Israel. O governo da Índia e do Paquistão declaram informações sobre seus testes, porém poucas sobre o *status* ou tamanho do arsenal; a Coreia do Norte não informa as capacidades das suas armas; e Israel tem uma postura, de longa data, sobre não comentar a respeito do assunto. Esses países não são signatários do TNP e ainda passam impunes.

Por outro lado, pode-se observar esforços multilaterais a fim de conter esse avanço. Um primeiro passo foi em 2017 com a negociação e abertura para assinaturas do Tratado de Proibição de Armas Nucleares. O foco é o desarmamento global e total. É o primeiro acordo que visa proibir o desenvolvimento, a implantação, posse e uso de armas nucleares; até agora, o tratado foi assinado e ratificado por 50 países. Além disso, durante o ano de 2018, o Secretário

Geral da ONU, António Guterres, lançou a nova agenda sobre Desarmamento na ONU, *Securing Our Common Future*.

Segundo o documento, o motivo pelo qual é necessário o desarmamento é a volta das tensões em um ambiente mais complexo e perigoso. Os conflitos armados estão mais duradouros, frequentes e mais devastadores; e as guerras ou conflitos civis estão ligados com rivalidades regionais e globais, envolvendo mais atores não estatais – como grupos terroristas, milícias organizadas e extremistas violentos, munidos com vários tipos de armas. A governança do sistema internacional também está mais complexa, com diversos interesses que questionam o processo do desarmamento (ONU, 2018).

Por fim, ainda de acordo com a Agenda, nesse tempo de crescente conflito e de tensões internacionais persiste a noção de que a melhor maneira de atingir a segurança é através do armamento, ao invés da cooperação e do diálogo. Afirma-se que os tratados, os canais de comunicação e as linhas diretas de comunicação ajudaram a prevenir que conflitos em menor escala se tornassem de maior escala. Por consequência, para melhorar o tópico da segurança internacional e seu ambiente, é preciso que a comunidade internacional não trabalhe somente para desvalorizar as opções militares, mas também valorize o papel do diálogo político e das negociações para desarmamento e controle de armas (ONU, 2018).

6 Considerações finais

O aumento de gastos militares ocorre em um ritmo de corrida armamentista no qual uma série de tratados e acordos estão sendo abandonados. É possível perceber que as medidas já tomadas estão deixando de controlar e de reduzir as armas nucleares. Por mais difícil que seja criar novos acordos – principalmente com a entrada de novos atores nesse sistema e com o fato de que as armas nucleares não se limitam mais a mísseis, mas abarcam novas tecnologias com usos difíceis de rastrear e monitorar –, é necessário que sejam revisados os regimes de segurança, em especial o de não proliferação, para lidar com os desafios da nova era.

Para a possibilidade da criação ou reinvenção do regime, é necessário não apenas um foco na proteção do indivíduo – por meio da ideia de segurança humana –, mas também a presença da China. Se esse país for cooperativo e construtivo no regime, pode haver a tendência de que Paquistão e Índia – que romperam com o TNP – também se mostrem abertos à negociação de um regime mais específico sobre o tema e que levem em consideração os desafios mútuos.

Nota-se, portanto, que com o intuito de um regime conseguir abranger as particularidades da dinâmica atual, não se pode basear somente às potências do passado. Sendo assim, defende-se aqui um regime de não proliferação nuclear que aumente o escopo e leve em consideração o Paquistão, a Índia, a Coreia do Norte e Israel, Estados que, até o momento, não participam de acordos multilaterais com finalidade de reduzir ou eliminar as armas nucleares.

A partir do apresentado, entende-se que o mundo de quando foram criados os tratados e o regime de não proliferação de armas nucleares e o mundo de hoje apresentam condições bem díspares, por isso, há a necessidade de mudança. Os desafios recentes – a tecnologia e os novos tipos de armas, as transformações na política internacional, principalmente com a emergência da China – mostram que o regime sobre as armas nucleares precisa ser reestruturado a fim de conseguir abranger as novas características.

Referências

ALLISON, Graham. *The Thucydides Trap*. *Foreign Policy*. 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/06/09/the-thucydides-trap/>. Acesso em 15 set. 2020.

REUTERS. *Armênia e Azerbaijão acusam um ao outro de romper cessar-fogo*. Portal G1. 26 out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/armenia-e-azerbaijao-acusam-um-ao-outro-de-romper-cessar-fogo.ghtml>. Acesso em 1 nov. 2020.

BARNABY, Frank. *Dirty Bombs and Primitive Nuclear Weapons*. 2005. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/22204/dirtybombs.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society New York*: Columbia University. 2002.

BUNN, M. WIER, A. *The Seven Myths of Nuclear Terrorism*. Harvard University's Kennedy School of Government. 2004.

CHOTINER, Isaac. *Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine*. *The New Yorker*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>. Acesso em: 13 de set. 2023.

DINIZ, Eugenio. *Armamentos Nucleares: Dissuasão e Guerra Nuclear Acidental*. *Rev. Carta Inter*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 9-62. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/472>. Acesso em: 3 nov. 2020.

GÄRTNER, Heinz. Deterrence and disarmament. Österreichisches Institut für Internationale Politik. 2012. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-413614>. Acesso em: 15 outubro de 2020.

GOLDMAN, David P. Why there won't be a US-China war. *Asia Times*. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/08/why-there-wont-be-a-us-china-war/>. Acesso em: 10 setembro de 2020.

GOV UK. *The UK's nuclear deterrent: what you need to know*. 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/uk-nuclear-deterrence-factsheet/uk-nuclear-deterrence-what-you-need-to-know#uk-and-nuclear-disarmament>. Acesso em: 13 outubro de 2020.

GRZYMALA-BUSSE, Anna. FUKUYAMA, Francis. KUO, Didi. McFaul, Michael. *Global Populisms and Their Challenges*. Stanford University, 2020. Disponível em: <https://stanford.ap.box.com/s/0afiu4963qjy4gicahz2ji5x27tednaf>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. 1950. *World Politics*, Volume 2, Issue 2, January 1950 , pp. 157 – 180. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=28231>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

HERZ, M. HOFFMAN, A R. *Organizações Internacionais: história e práticas*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOFFMAN, B. Terrorism Today and Tomorrow. In: HOFFMAN, B. *Inside Terrorism, Revised and Expanded Edition*. Columbia University Press, New York, 2006. Capítulo 9, pp. 257-295.

International Institutions and Global Governance Program. The Global Nuclear Nonproliferation Regime. Maio de 2012. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/global-nuclear-nonproliferation-regime>. Acesso em: 23 junho de 2020.

IRVING, Doug. *How Artificial Intelligence Could Increase the Risk of Nuclear War*. RAND Organization. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/articles/2018/04/how-artificial-intelligence-could-increase-the-risk.html>. Acesso em: 23 outubro de 2020.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Dissuasão, redução de armas nucleares e defesas antimísseis nos governos Bush e Obama. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, nº. 2, 2013, p. 79-93.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/VtQL33zScSGjrCjvJtK5xsQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de setembro de 2020/

JORNADA. Felipe Frota. *O jogo estratégico nuclear: Índia x Paquistão*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3742/1/MO%205916%20-%20JORNADA.pdf>. Acesso em: 7 novembro de 2020.

KAHN, Herman. The Arms Race and Some of Its Hazards. *Daedalus*, Vol. 89, No. 4, Arms Control (Fall, 1960), pp. 744-780. Disponível em:

<<https://www.jstor.org/stable/20026614?seq=1>>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

KALDOR, Mary. *New & Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. 3. ed. atual. Reino Unido: Polity Press, 2012.

KRASKA, Peter B. Militarization and Policing—Its Relevance to 21st Century Police,

Policing: A Journal of Policy and Practice, Volume 1, Issue 4, 2007, Pages 501–513.

Disponível em: <<https://academic.oup.com/policing/article-abstract/1/4/501/1440981?redirectedFrom=fulltext>>.

Acesso em 17 de setembro de 2020.

MEARSHEIMER, J. John. The False Promise of International Institutions. *International Security*, Vol. 19, No. 3, Winter, 1994-1995, p. 5-49. Disponível em:

<<https://www.sv.uio.no/livet-rundt-studiene/studiestart/kollokviefadder/artikler-til-kollokvietreff/the-false-promise-of-international-institutions.pdf>> . Acesso em 7 de outubro de 2020.

OCAMPO, Luis Moreno. Call what is happening in Nagorno-Karabakh by its proper name. *The Washington Post*. Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/09/22/nagorno-karabakh-genocide-armenia/>>. Acesso em 3 de setembro de 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Securing Our Common Future an Agenda for Disarmament*. 2018. Disponível em: <<https://front.un-arm.org/wp-content/uploads/2018/06/sg-disarmament-agenda-pubs-page.pdf>>.

Acesso em 12 de outubro de 2020.

PARLY, Florence. France and Nuclear Deterrence - A Spirit of Resistance. *Recherches & Documents* Nº1/2020. Disponível em: <<https://www.frstrategie.org/en/publications/recherches-et-documents/france-and-nuclear-deterrence-spirit-resistance-2020>>. Acesso em 5 de outubro de 2020

PAYNE, Keith. Maintaining Flexible and Resilient Capabilities for Nuclear Deterrence, *Strategic Studies Quarterly*, 5, no. 2 Summer 2011, p. 13-29. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-05_Issue-2/Payne.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

RUDOLF, Peter. *US Nuclear Deterrence Policy and Its Problems*. SWP Research Paper 10. German Institute for International and Security Affairs. 2018. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2018RP10_rdf.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

RUSSELL, Nina. Experts discuss threats to the international nuclear order. *The McGill Tribune*. 2019. Disponível em: <<http://www.mcgilltribune.com/news/6474654-110519/>>. Acesso em 1 de setembro de 2020.

SCANTIMBURGO, André. MORALES, Daniel. JUNIOR, Haroldo Ramanzini. PIRES, Marcos Cordeiro. Crise do Multilateralismo. *Mundo e Desenvolvimento*, Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP. v. 2 n. 3. 2019. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/download/49/49/>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

SIPRI. *Trends In World Military Expenditure*, 2022. Stockholm: April, 2023

SIPRI. *Yearbook. 2020*. Oxford University Press. 2020.

SIPRI. *Yearbook. 2023*. Oxford University Press. 2023.

SMITH, D. Barack Obama at nuclear summit: 'madmen' threaten global security. *The Guardian*. Abr 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/apr/01/obama-nuclear-security-summit-stop-madmen-isis-terrorism>>. Acesso em 5 maio de 2020.

VERMA, Pranshu. In Wake of Recent India-China Conflict, U.S. Sees Opportunity. *The New York Times*. 3 de Outubro de 2020. Disponível em <

<https://www.nytimes.com/2020/10/03/world/asia/india-china-trump.html?auth=login-google1tap&login=google1tap>>. Acesso em 8 novembro de 2020.

WALTZ, Kenneth. The Spread of Nuclear Weapons: More May Better, *Adelphi Papers*, Number 171 London: International Institute for Strategic Studies, 1981, p.1-38. Disponível em: <<https://theasrudiancenter.files.wordpress.com/2017/01/kenneth-waltz.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

WALTZ, Kenneth. *The Theory of International Politics*. Estados Unidos: Addison-Wesley Series in Political Science. 1979.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

What is the New START nuclear deal and why did Russia suspend it? ALJAZEERA. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/22/what-is-the-new-start-nuclear-deal-and-why-did-russia-suspend-it>>. Acesso em 15 de setembro de 2023

WHITE HOUSE. *Joint Statement of the Leaders of the Five Nuclear-Weapon States on Preventing Nuclear War and Avoiding Arms Races*. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/01/03/p5-statement-on-preventing-nuclear-war-and-avoiding-arms-races/>>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

Recebido em 05 de outubro de 2023.

Aceito para publicação em 16 de dezembro de 2023.



Felipe Augusto Heiermann

Mestre em Relações Internacionais, na área de pesquisa de Política Internacional, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Direito Internacional pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de formação na Université de Lyon (Lyon, França) e Sciences Po (Paris, França). Participou do European Union-South American School on Global Governance, do Centro de Excelência Jean Monnet da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

KHANNA, Parag. *The Future Is Asian: Commerce, Conflict, and Culture in the 21st Century*. Simon & Schuster, 2019. ISBN 9781508282716

Parag Khanna, autor do livro *The Future is Asian: Commerce, Conflict, and Culture in the 21st Century*, é consultor de estratégia global, fundador e CEO da Climate Alpha, fundador e sócio-gerente da FutureMap e um dos maiores especialistas em política e desenvolvimento asiático. Khanna é um autor premiado e reconhecido internacionalmente por ter escrito várias obras, dentre eles uma trilogia de livros sobre o futuro da ordem mundial, que começa com *The Second World: Empires and Influence in the New Global Order* (2008), seguido por *How to Run the World: Charting a Course to the Next Renaissance* (2011), e conclui-se com *Connectography: Mapping the Future of Global Civilization* (2016), para além do mais recente, *MOVE: Where People Are Going for a Better Future* (2021). No livro *The Future is Asian*, o autor discorre acerca da ascensão da Ásia como uma das regiões mais dinâmicas econômica e politicamente do globo, trazendo análises detalhadas, dados e mapas dos principais mercados asiáticos e seus impactos na economia, sociedade e governança globais. A principal tese de Khanna é a multipolaridade do crescimento e influência da Ásia no mundo contemporâneo. O alto crescimento econômico da Ásia nos últimos anos e o seu poder de influência global, tornou o continente um pilar central para compreender a política internacional do século XXI. O sistema asiático, chamado pelo autor de “multicivilizacional”, vai da Arábia Saudita ao Japão e da Rússia à Austrália, conectando mais de 5 bilhões de pessoas e representando cerca de 40% do PIB global. Ainda, segundo o autor (KHANNA, 2019, p. 1), “[...] no século XIX, o mundo foi europeizado. No século XX, foi

americanizado. Agora, no século XXI, o mundo está sendo asianizado de forma irreversível”.

Khanna afirma que o futuro é asiático porque demograficamente o mundo já é asiático, mais de 50% da população mundial vive na Ásia. Em termos econômicos, a região já corresponde a praticamente 40% do PIB mundial, parcela que deve crescer nas próximas décadas. Segundo o autor, a Ásia está “asianizando” o mundo através do seu poder de influência econômica e política, destacando que a maior parte dos mercados ocidentais desejam exportar e fazer negócios com os países do continente. Khanna também analisa os pontos polêmicos do sistema asiático, que incluem a corrupção, a repressão política, a limpeza étnica, a violência e as questões de gênero. No entanto, o autor afasta a narrativa do Ocidente, discutindo apenas a Europa e as Américas a partir de uma perspectiva asiática.

O autor da obra discorre acerca da história da Ásia, que remonta a milhares de anos até o presente. Khanna tenta recontar a história asiática com ênfase nas várias conexões econômicas e culturais que abrangem todo o continente. De acordo com o autor, mesmo há milhares de anos, já havia uma quantidade considerável de interconectividade no continente, de Damasco a Pequim. Talvez mais do que qualquer outro elemento, isso ajude a fundamentar o argumento de Khanna de que se deve tratar a Ásia como uma região conectada, e não como um conjunto de países individuais e isolados uns dos outros. Essa história também evidencia uma Ásia muito confortável com o sincretismo e com a adoção de ideias e práticas do exterior.

A abundância de projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico na maior parte da região é impressionante. O crescimento econômico da China tem sido emblemático, mas agora o crescimento da Ásia envolve também países como a Índia e a Indonésia. Como observa Khanna, este não é simplesmente um caso da Ásia alcançando o Ocidente, mas sim o caso de países asiáticos que estão se tornando líderes em certos campos científicos, como inteligência artificial, ciência e tecnologia e inovação. Os países asiáticos também estão inovando em governança e política, com grande ênfase em dispositivos móveis e online para serviços bancários, digitalização de governos, dentre outros.

Khanna também faz um estudo de caso, centrado em Cingapura, no qual refuta a ideia de que a democracia representativa seria o fim de todo o sistema, mostrando que os sistemas asiáticos de gestão tecnocrática de cima para baixo e modelos meritocráticos de pessoal estão superando os sistemas ocidentais de confiança política nos ciclos eleitorais e desconfiança nas agências burocráticas. Simultaneamente, a Ásia abraçou o capitalismo, ao mesmo tempo, em que promoveu a autoconfiança e a estabilidade doméstica. Este paradoxo é interessante – levando a estatísticas e afirmando que a Índia e a China têm níveis muito mais altos de confiança

pública no governo do que regimes democráticos, mais elaborados e tradicionais, como os EUA e a Europa.

O estudo de caso de Khanna se concentra em Cingapura – uma nação muito elogiada com incursões maciças em inovação tecnológica, implementação de políticas e experimentação política – onde se combina administração eficiente, inovações de alta tecnologia, habitação socialista e políticas tributárias e aventureirismo capitalista com leis eleitorais repressivas, liberdade de imprensa restrita, punições severas para crimes e política restritiva de imigração. Para o autor, essa ideia funciona ao nível de que mesmo as democracias ocidentais estão começando a assumir alguns desses aspectos, à medida que a imigração é restringida, a política se torna mais liberal e as democracias ocidentais procuram ideias inovadoras em outros lugares.

Assim, recomenda-se a leitura deste livro pela diversidade de análises em diversos âmbitos. O leitor, ainda mais aqueles que não possuem um conhecimento aprofundado da Ásia, ficarão surpresos com o quão longe a região chegou e quanto potencial ela tem. Mesmo considerando o fato de que o entusiasmo e o otimismo de Khanna às vezes se sobrepõem na sua análise, parece claro que o mundo deveria prestar mais atenção à Ásia.

Recebido em 11 de abril de 2023.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2023.



Sergio Schargel

Doutorando em Ciência Política pela UFF. Mestre em Letras pela PUC-Rio, mestre em Ciência Política pela Unirio. Professor de Literaturas de Língua Inglesa na UFSJ. Bolsista CAPES.

ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo: um alerta*. São Paulo: Planeta, 2018. ISBN: 9788542214277

"Se pensarmos no fascismo como uma ferida do passado que estava quase sarada, colocar Trump na Casa Branca foi como arrancar o curativo e futucar a cicatriz" (ALBRIGHT, 2018, p. 13), é com essa afirmação que a ex-Secretária de Estado estadunidense Madeleine Albright começa sua obra. A escolha da autora não é sem motivo: em épocas de recessão democrática global, começamos a olhar apreensivos para os anos 1940, uma época que parecia superada. Mas que, como os governos antidemocráticos que ressurgiram ao redor do mundo na última década evidenciam, era ingênuo acreditar que o fascismo morreu com a guerra.

Albright não cria uma peça imprescindível sobre o fascismo. Não é uma obra como *Anatomia do fascismo*, de Robert Paxton; *O fascismo eterno*, de Umberto Eco; ou *O eterno retorno do fascismo*, de Rob Riemen, peças basilares e sustentáculos na teorização do fascismo, em particular o primeiro. Do ponto de vista teórico, não há muito de novo em *Fascismo: um alerta*. A obra contém os mesmos avisos que foram dados por outros pesquisadores e acadêmicos e análises semelhantes foram cravadas sobre os movimentos antidemocráticos globais. Há, porém, uma idiossincrasia que destaca o livro: os relatos pessoais das experiências da autora como refugiada do fascismo e do comunismo real, e, posteriormente, como diplomata.

Em um sentido, *Fascismo: um alerta* é um grande ensaio amalgamando experiências empíricas

com teoria e história política. Um livro que é, acima de tudo, uma ode à democracia liberal e à rejeição ao autoritarismo, independente do eixo do espectro em que ele possa aparecer. Filha de refugiados, a família Albright sentiu em primeira instância os impactos do autoritarismo tanto da esquerda quanto da direita, e o perigo que o ressurgimento de movimentos neofascistas representa. Ainda assim, o leitor pode notar certa leviandade por parte da autora com relação não apenas à utilização do conceito de fascismo, mas também para com o próprio Estados Unidos.

No primeiro ponto, Albright às vezes recai à tentação de malabarismo intelectual para tratar o fascismo como uma virtualidade possível no futuro, mas recusando a tomar líderes contemporâneos como fascistas. Isto é, os nacionalistas autoritários servem como um alerta para um possível futuro fascismo, espécie de predecessores. Parece haver, em Albright, certo receio em tratar as coisas pelo que são, recorrendo ao curioso ato de identificar o fascismo e suas características, mas tomá-lo como uma possibilidade ainda não presente. Paradoxalmente, ela própria alarga o conceito excessivamente e o torna vago, ao afirmar que, dentre os líderes mundiais contemporâneos, o único fascista seria Kim Jong-un. Ao contrário do que foi feito por Paxton, a conceitualização vaga de Albright permite que o termo seja utilizado ao mesmo tempo com receio e fragilidade.

No segundo ponto, apesar de alguns mea-culpa, em particular com o capítulo dedicado a Donald Trump, Albright não se aprofunda no constante flerte ao longo da história recente dos Estados Unidos com o autoritarismo. Longe de ser raro, tal flerte se repetiu com frequência, fosse por meio de movimentos como o macarthismo, a segregação racial, ou a frequente intervenção estadunidense em outras nações, inclusive apoiando a derrocada de democracias como foi durante toda a história da América Latina na década de 1970. Ademais, sem esquecer até mesmo a piscadela explícita de parcelas significativas da população ao fascismo e ao nazismo, como o comício pró-nazismo no Madison Square Garden que reuniu mais de 20 mil estadunidenses (ALBRIGHT, 2018, p. 70). A autora se contradiz ao sugerir que Trump não seria mais do que um acidente de percurso na história dos EUA, ao mesmo tempo em que ela própria relembra momentos e períodos históricos de flerte autoritário no país.

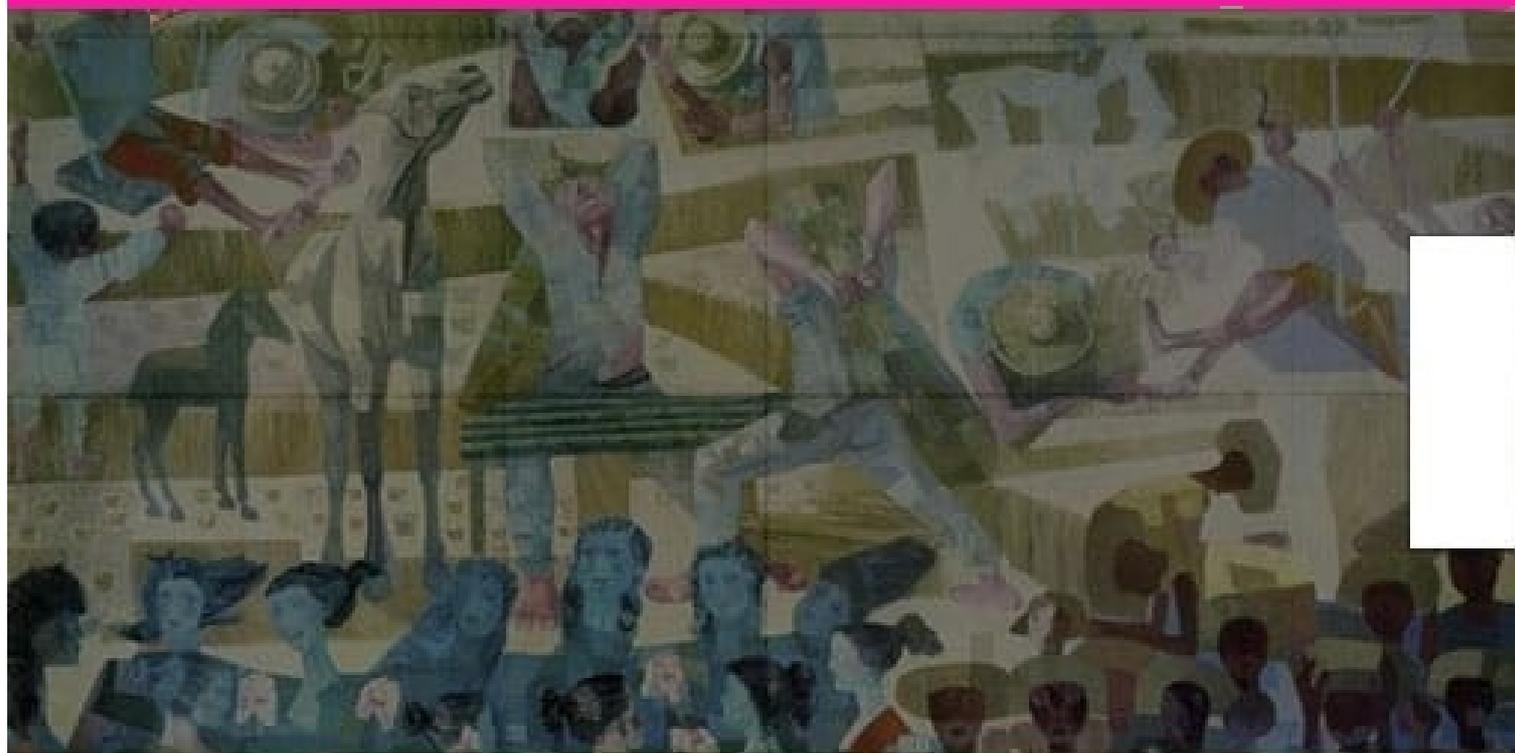
Para isso, Albright revê o conceito de fascismo, em relativa consonância com o que foi sugerido por outros pensadores como Rob Riemen e Jason Stanley, entendendo o fascismo como um método de poder. Isto é, não um sistema político hermético e estruturado, mas características idiossincráticas que o diferem de um autoritarismo comum, que são utilizadas como ferramenta para se tomar ou manter o poder. Se por um lado esse pensamento fornece um

ponto interessante ao permitir uma visão mais compreensiva do fascismo, interpretando-o menos como uma estrutura e mais como um movimento – e fugir da interpretação marxista, que o toma por consequência exclusiva da luta de classes – por outro acaba por ampliá-lo de tal forma que permite Albright identificar traços de fascismo em personagens completamente díspares entre si, de Hugo Chávez a Donald Trump.

Fascismo: um alerta é falho como obra teórica, sua análise do conceito é superficial, ampla e, ainda assim, a autora evita utilizá-lo, embora recheie o livro de paralelos e semelhanças entre Mussolini, Hitler e políticos contemporâneos. Há livros mais completos e aprofundados para aqueles que procuram se aprofundar na teoria sobre o fascismo. Mas não deixa de ser uma obra interessante. *Fascismo: um alerta* fornece, a despeito (ou talvez justamente por causa) da superficialidade teórica, uma chave para entender, ao menos um pouco, um conceito tão polissêmico e sua aplicabilidade na contemporaneidade.

Recebido em 26 de julho de 2023.

Aceito para publicação em 20 de setembro de 2023.



HOPLOS

**Revista de
Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

PPGEST-UFF

